



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

PERCEPÇÕES E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA DO NÚCLEO APETÊ
CAAPUÃ DA UFSCAR, SOROCABA (SP)

CAIO YAMAZAKI SARAVALLE

Araras

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

PERCEPÇÕES E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA DO NÚCLEO APETÊ
CAAPUÃ DA UFSCAR, SOROCABA (SP)

CAIO YAMAZAKI SARAVALLE

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2017

Yamazaki Saravalle, Caio

Percepções e análise das ações desenvolvidas no contexto das políticas públicas de agroecologia do Núcleo Apetê Caapuã da UFSCar, Sorocaba (SP)
/ Caio Yamazaki Saravalle. -- 2017.
80 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Prof. Dra. Lucimar Santiago de Abreu
Banca examinadora: Prof. Dra. Lucimar Santiago de Abreu, Prof. Dr. Wilson Mazalla Neto, Prof. Dr. Fernando Silveira Franco
Bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Núcleo de Estudos em Agroecologia . 3. Percepções. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral –
CRB/8 7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Caio Yamazaki Saravalle, realizada em 19/12/2017:

Prof. Dr. Lucimar Santiago de Abreu
Embrapa

Prof. Dr. Wilson Mazalla Neto
UNICAMP

Prof. Dr. Fernando Silveira Franco
UFSCar

DEDICATÓRIA

Ao Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã e todas e todos que lutam por um mundo mais justo, solidário e colorido.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Lucimar Santiago de Abreu por todo o apoio durante o desenvolvimento desta pesquisa. Ela se mostrou uma pessoa de grande empatia e compreensão, me apoiando em um tema que era inédito a ambos. Sem sua ajuda esta pesquisa nunca seria possível.

Agradeço o apoio e o carinho dos meus pais ao longo de todo o percurso.

Agradeço aos meus queridos companheiros de moradia: Anna Carolina Santana e Thiago Rodrigues pelos momentos de conversas, trocas, cumplicidades e apoio mútuo imprescindíveis nesta jornada.

Agradeço com muito carinho à Thiane Deprá de Souza por todo o amor, compreensão e suporte nos momentos mais difíceis. Todo meu amor. E ao nosso querido filho de quatro patas Max.

Agradeço aos meus colegas do Departamento de Apoio à Economia Solidária e da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de São Carlos pelo apoio e compreensão durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos amigos do PPGADR por todo aprendizado, troca, olhares, construções coletivas, debates e sonhos.

Agradeço aos funcionários da secretaria do PPGADR, especialmente a Cris por toda ajuda e suporte.

Agradeço a todos os membros do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã, especialmente o Prof. Dr. Fernando Silveira Franco por toda acolhida, compartilhamento, suporte e ajuda no desenvolvimento desta pesquisa. Este trabalho é, também, uma homenagem aos anos de luta que promoveram no fortalecimento da Agroecologia.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE SIGLAS	xi
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO	16
CONTEXTUALIZAÇÃO	20
1 Redes sociotécnicas	20
2 Aspectos históricos do desenvolvimento da Agroecologia no Brasil	21
3 Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA)	25
4 Políticas Públicas de Apoio à Agroecologia	27
METODOLOGIA	30
1 O aporte teórico conceitual sobre percepções sociais	30
2 Métodos e técnicas da pesquisa	32
RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
1 O Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã (NAAC)	35
1.1. Oficina de Sistematização de Experiências da ABA	38
1.2. Linha do Tempo	39
2 Atividades desenvolvidas pelo NAAC	43
2.1. Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010	44
2.2. Chamada CNPq/MDS-SESAN N ° 027/2012	46
2.3. Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N° 81/2013	49
2.4. Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPq N° 21/2016	52
2.5. Feira Agroecológica da UFSCar	54
2.6. PROEXT - Programa de Extensão Universitária	57
2.7. PET - Programa de Educação Tutorial	60
2.8. PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar	61

3	Percepções e análise das atividades desenvolvidas pelo Núcleo	62
4	Percepções sobre Agroecologia	68
4.1.	O NAAC como um mutirão de relações agroecológicas	71
	CONCLUSÃO	73
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dinâmica de organização do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã.	36
Tabela 2 - Composição atual dos membros bolsistas do Núcleo de Agroecologia Apete Caapuã.	37
Tabela 3 - Linha do Tempo do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã confeccionada durante oficina de sistematização da ABA, março/2017.	40
Tabela 4 - Tabela síntese dos principais eventos, cursos e materiais dos projetos submetidos pelo NAAC aos editais de fomento aos NEAs.	52
Tabela 5 - Tabela síntese da relação de bolsistas, docentes, agricultores beneficiados e publicações resultantes dos projetos submetidos pelo NAAC aos editais de fomento aos NEAs.	53
Tabela 6 - Classificações das evocações livres dos entrevistados sobre as políticas públicas de fomento aos Núcleos de Estudos em Agroecologia.....	63
Tabela 7 - Resultado das evocações livres e suas respectivas frequências, dos membros do NAAC sobre a concepção de agroecologia: <i>Agroecologia é</i>	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios por unidade da federação com Núcleos de Estudos em Agroecologia. Fonte: apresentação oral Comissão Nacional de Educação em Agroecologia, II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, Seropédica-RJ, 2016.....	27
Figura 2 - Foto com todos os participantes da Oficina de Sistematização. Fonte: autoria própria, 2017.....	39
Figura 3 - Registro da dinâmica da Linha do Tempo. À direita as tarjetas referentes ao ano de 2016. Fonte: autoria própria, 2017.....	42
Figura 4 - Cartaz de divulgação do II Fórum Paulista de Agroecologia e VI Encontro da Articulação Paulista de Agroecologia.....	43
Figura 5 - Infográfico com os benefícios do CSA. Fonte: http://csasorocaba.hospedagemdesites.ws/saibamais/ . Acesso em 15/11/2017.	47
Figura 6 - Página inicial do site do CSA Sorocaba. Fonte: http://csasorocaba.org.br/ . Acesso em 15/11/2017	49
Figura 7 - Material de divulgação da Feira Agroecológica da Agricultura Familiar na UFSCar Sorocaba. Fonte: https://www.facebook.com/Feiraagroecologicadaufscar/photos/a.1506958436294505.1073741828.1504746499849032/1608954219428259/?type=3&theater acesso em 03/12/2017	55
Figura 8 - Material de divulgação do programa de cestas semanais. Fonte: https://www.facebook.com/Feiraagroecologicadaufscar/photos/a.1803049390018740.1073741833.1504746499849032/1803049663352046/?type=3&theater , acesso em 03/12/2017	57
Figura 9 - Membros do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã. Fonte: autoria própria, 2017.....	72

LISTA DE SIGLAS

ABA-Agroecologia	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APA	Articulação Paulista de Agroecologia
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COATER	Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica e Extensão Rural
Condraf	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPAS	Cooperativa São Jorge de Produção Agropecuária da Agricultura Familiar
COOPLANTAS	Cooperativa de Plantas Medicinais
COPRAF	Cooperativa de Produtores Agrícolas e Artesanato da Fazenda Ipanema
CRP/SP	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
CSA	Community Supported Agriculture
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
Dater	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EAD	Ensino à Distância
EBAA	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
ENGA	Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia
EREB-SE	Encontros de Estudantes de Biologia do Sudeste
ETEC	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
FASE	Federação de Órgãos para a Assistências Social e Educacional

FLONA	Floresta Nacional
GA	Grupo de Agroecologia
GARFOS	Grupo de Articulação Regional da Feira de Orgânicos de Sorocaba
GTs	Grupos de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
NAAC	Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
OCS	Organizações de Controle Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PET	Programa de Ensino Tutorial
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar
ProExt	Programa de Extensão Universitária
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTA	Projeto de Tecnologias Alternativas
REGA Brasil	Rede Brasileira de Grupos de Agroecologia
R-NEAs	Redes de Núcleos de Estudos em Agroecologia
SAF	Secretaria Nacional da Agricultura Familiar
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SESC	Serviço Social do Comércio
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

UNESP

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

PERCEPÇÕES E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA DO NÚCLEO APETÊ CAAPUÃ DA UFSCAR, SOROCABA (SP)

Autor: CAIO YAMAZAKI SARAVALLE

Orientadora: Prof.^a Dr^a LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

RESUMO

Apesar da atual importância da problemática relacionada ao fortalecimento de Núcleos de Estudos em Agroecologia e às redes sociotécnicas, até o momento essa temática foi pouco estudada. Os Núcleos são uma política pública recente cujo principal instrumento tem sido o apoio por meio de editais públicos. Parte-se da necessidade da incorporação das percepções dos sujeitos de direito das políticas públicas em estudos relativos à sua análise, já que estão diretamente relacionadas ao fenômeno. Portanto, a pesquisa teve como objetivos: uma caracterização do universo social da rede sociotécnica do Núcleo Apetê Caapuã da UFSCar Sorocaba (SP); a descrição das ações dessa rede como resultado das políticas públicas e projetos acessados; descrição e avaliação das percepções dos membros sobre as ações desenvolvidas e sobre a própria agroecologia. Para tanto, realizou-se entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário *online* e observação participante em reuniões-chaves do grupo. Foram sistematizados os projetos desenvolvidos pelo grupo a partir dos editais CNPq, PET, PROEXT e ProEx, além da identificação das percepções dos sujeitos sobre os projetos desenvolvidos e sobre a sua concepção de agroecologia. Conclui-se que apenas os editais não são suficientes para a manutenção do Núcleo, sendo importante a articulação entre as políticas, como o PET e CNPq para a sustentabilidade da rede. A percepção que o grupo tem das políticas vem de encontro à sua concepção de agroecologia, sendo que os principais desafios apontados são a falta de tempo suficiente dos projetos para a transição agroecológica das unidades de produção familiar, além da pouca disponibilidade de recursos para a viabilização de uma ATER agroecológica. Entretanto, contribuem para a construção do conhecimento agroecológico. Portanto, os editais são instrumentos importantes, porém frágeis, que dependem da gestão, não sendo uma política de Estado consolidada.

**PERCEPTIONS AND ANALISYS OF THE ACTIONS DEVELOPED IN THE
CONTEXT OF THE PUBLIC POLICIES OF AGROECOLOGY OF THE APETÊ
CAAPUÃ NUCLEUS OF UFSCAR, SOROCABA (SP)**

Author: CAIO YAMAZAKI SARAVALLE

Adviser: Prof.^a Dr^a LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

ABSTRACT

Despite the current importance of the Agroecology Studies Nuclei strengthening problematic and the sociotechnical networks, until now it has been little studied. The Nuclei are a recent public policy whose main instrument has been the public calls. It is necessary to incorporate the perceptions of the subjects of public policies in studies, since they are directly related to the phenomenon. Therefore, the research objectives are: a characterization of the social universe of the socio-technical network of the Apetê Caapuã Nucleus of UFSCar Sorocaba (SP); the description of the network actions as a result of public policies and projects accessed; description and evaluation of the members' perceptions about the actions developed and agroecology itself. We conducted semi-structured interviews, application of online questionnaire and participant observation in group key meetings. The projects developed from the CNPq, PET, PROEXT and ProEx calls were systematized, as well as the identification of the subjects' perceptions about the projects and their conception of agroecology. It is concluded that only the calls are not enough for the maintenance of the Nucleus, being important the articulation between the policies for the sustainability of the network. The group's perception of the policies is in line with its conception of agroecology, and the main challenges pointed out are the lack of enough time for the agroecological transition, as well as the scarce resources for the viability of an agroecological assistance. However, they contribute to the construction of agroecological knowledge. Therefore, calls are important but fragile instruments that depend on government, and are not a consolidated State policy.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos cresceu o interesse por estudos relacionados à agroecologia que não sejam focados apenas na perspectiva agronômica ou ecológica, mas ainda são poucos os estudos que tratam a questão da emergência de novas configurações de redes, mais especificamente denominada redes sociotécnicas (ABRAMOVAY, 2000) de agroecologia. O olhar das ciências sociais traz grandes contribuições para a compreensão do funcionamento e papel das redes sociotécnicas de agroecologia e para o entendimento da sua relação com as políticas públicas, proporcionando uma reflexão qualificada. Essa problemática de pesquisa é parte integral da abordagem da investigação que visa captar e qualificar as percepções dos atores sociais, as relações que estabelecem com o mundo rural, os sujeitos protagonistas dos movimentos sociais e as múltiplas facetas do desenvolvimento rural no mundo contemporâneo.

Os projetos e programas de desenvolvimento sustentável que privilegiam os fundamentos da agroecologia são concebidos por diferentes influências políticas e de valores em função basicamente de entendimento e visões da agroecologia e do papel da mesma para a sustentabilidade ecológica e inserção econômica dos agricultores familiares. As percepções e representações dos

atores (membros de Núcleos ou redes sociotécnicas de agroecologia) podem ser visualizadas nos discursos e práticas, ou seja, na relação direta entre o que pensam sobre as políticas públicas e o envolvimento prático nas atividades dos projetos ou programas de desenvolvimento e suporte à agroecologia. Essas práticas e representações tornam-se fontes de éticas e compõem, a nosso ver, um mosaico de combinações diferenciadas (BILLAUD & SOUDIÈRE 1989; ABREU, 2005), de maneira que as percepções dos atores sociais devem ser estudadas em conexão estreita com as práticas, evitando assim reduzi-las a um repertório dos saberes e do *savoir-faire* popular. As práticas dos atores, por sua vez, devem ser vistas dentro dos contextos técnicos, econômicos e ambientais em que se situam (BILLAUD & SOUDIÈRE, 1989).

A partir do ano 2000, criam-se entidades nacionais dispostas a desenvolver a agroecologia no campo científico e político, como a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e a ABA-Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia), resultando na articulação dos ENAs (Encontros Nacionais de Agroecologia) e CBA (Congresso Brasileiro de Agroecologia). Além disso, dentro das universidades organizavam-se os Grupos de Agroecologia (GA), em sua maioria originados nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor quantidade na Biologia, frequentemente vinculadas a Centros Acadêmicos, culminando na criação da REGA Brasil (Rede Brasileira de Grupos de Agroecologia) durante o II ENGA (Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia) em Aldeia Velha-RJ em 2010. O Encontro e a Rede inspiram-se em padrões horizontais e autogestionários de atuação, relação e organização social (FURQUIM, 2014). No Brasil todo estão cadastrados aproximadamente 50 GAs. Apenas na região Sudeste estão cadastrados 38 GAs, sendo 17 no estado de São Paulo (REGA Brasil, 2016).

Atualmente, muitos GAs são também Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA). Os núcleos foram criados a partir de 2010, por meio do Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010 com o objetivo de qualificar a formação de professores, alunos e técnicos extensionistas, de modo a garantir serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) aos agricultores familiares, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência

Técnica e Extensão Rural (Lei nº12.188, de 11 de janeiro de 2010). Além disso, os núcleos são espaços de resistência dentro das instituições de ensino, congregando a comunidade acadêmica e externa no desenvolvimento de ações de formação técnica, política, metodologias participativas, inclusão social e toda uma ampla gama de discussões no âmbito da agroecologia e desenvolvimento rural.

Esses projetos de apoio à agroecologia, em geral, são aprovados para terem sua execução por Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA). Essas iniciativas de suporte ocorrem, principalmente, por meio de editais públicos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). As iniciativas de fomento ao desenvolvimento da agroecologia são tidas como fundamentais para o fortalecimento das ações de transição para uma agricultura de base ecológica, uma vez que as ações são operacionalizadas diretamente junto aos agricultores familiares e jovens rurais, trata-se de ações afirmativas que visam dar visibilidade e reconhecer saberes e conhecimentos de natureza ecológica, base das ações de um conjunto de agricultores familiares do país, incluindo a valorização da cultura local. Pode ser a base para as mudanças necessárias com inclusão social, e reforça positivamente as identidades locais e a relação entre campo e cidade. No corpo desta proposição afirmam o compromisso com a diversidade de atores locais e cidadania ativa, pois permitem a continuidade de uma política social e ecológica. Essas ações afirmativas são parte de um processo mais amplo da transição da agricultura de base ecológica, podendo ser consideradas um pressuposto para um amplo conjunto de mudanças.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal sistematizar e analisar as políticas públicas vinculadas ao processo de fortalecimento da agroecologia, por meio do estudo de caso do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã. Esse estímulo à criação de núcleos de agroecologia, é um formato novo do processo de institucionalização da agroecologia, e se constitui em programas e projetos organizados sob o “guarda-chuva” de uma política pública.

Buscando atender esse objetivo foram desenvolvidos, por meio de uma abordagem qualitativa e participativa, uma caracterização dos atores do Núcleo

Apetê Caapuã da UFSCar Sorocaba (SP), a descrição das ações como resultado das políticas públicas e projetos acessados; descrição e análise das percepções dos membros sobre as ações desenvolvidas e sobre a própria agroecologia.

Sendo assim, é extremamente relevante a incorporação das percepções dos sujeitos de direito das políticas públicas em estudos relativos à sua análise, já que estão diretamente relacionadas ao fenômeno e, ao mesmo tempo suas visões subsidiam a construção de políticas públicas. Além do mais, é importante o avanço nos estudos relativos a esta recente política, especialmente na conjuntura atual.

O trabalho está dividido em três seções: primeiramente buscou-se, por meio de uma revisão da literatura e exploração de dados secundários, apresentar os conceitos abordados e descrever o contexto em que se insere a pesquisa, introduzindo aspectos relativos ao desenvolvimento histórico da agroecologia no Brasil, para, em seguida, focar no surgimento dos Núcleos de Estudos em Agroecologia nas instituições de ensino superior. Além disso, contextualiza e descreve as políticas públicas voltadas para este público específico. Na seção seguinte, dedica-se ao percurso metodológico adotado na pesquisa. Por fim, apresenta-se os resultados e breves considerações finais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

1 Redes sociotécnicas

O conceito de rede vem sendo muito utilizado nas ciências sociais e nos estudos relacionados ao desenvolvimento rural nas últimas décadas. Autores como Radcliffe-Brown (1952) e Castells (2003) argumentam que a dinâmica da rede, com suas características de interconexões e fluxos estariam na base fundante de nossa nova morfologia social. Para Radcliffe-Brown (1952), nossa sociedade seria baseada na rede de relações sociais existentes, sustentadas a partir da confluência de interesses ou no manejo dos conflitos resultantes.

A imagem da rede é uma metáfora potente (uma trama de fluxos de relações entre nós), sendo utilizada em diversos contextos distintos, desde a Administração até a Tecnologia da Informação, mas de modo geral, a rede representa uma forma de organização ou prática social.

Segundo Abramovay (2000), revisitando as concepções de Latour (1995), as redes sociotécnicas são aquelas que são compostas por um conjunto de especialistas ou técnicos, mas também por elementos não-humanos, conferindo seu caráter heterogêneo e altamente imprevisível quanto às articulações que as compõe. Deste modo, os nós podem ser constituídos por atores sociais, grupos

de pessoas, instituições, tecnologias, objetos, entre outros, sendo que cada rede possui uma composição específica. Outro elemento importante é uma nova percepção da dimensão espacial, sendo não mais uma moldura das ações sociais, mas um espaço político que extrapola fronteiras, onde a realidade se apresenta por meio das relações estabelecidas.

Neste contexto, escolheu-se o conceito de rede sociotécnica como perspectiva analítica do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã, pois compreende-se que a abrangência do núcleo extrapola os limites territoriais e de composição exclusiva de seus membros. Sendo assim, o Núcleo pode ser representado como uma teia de relações interdependentes. Neste sentido, buscou-se então, como mencionado anteriormente de forma sintética: i) identificar os principais atores dessa rede, ii) qualificar os problemas e as questões objetos de discussões, de debate e de possíveis controvérsias entre os atores a partir dos projetos acessados. O desafio foi então capturar e analisar o núcleo através da análise das ações desenvolvidas pelo referido grupo e da análise dos diversos apoios institucionais e suas percepções.

Neste estudo, considerou-se estes apoios institucionais em um sentido amplo (projetos de desenvolvimento, programas, conhecimento compartilhado). Isso incluiu a identificação das percepções e ações dos atores, os intercâmbios de recursos ou conhecimento técnico científico e saberes locais. Finalmente, identificou-se os efeitos dessas formas de institucionalização da agroecologia ou política pública nas práticas da rede foco deste estudo.

2 Aspectos históricos do desenvolvimento da Agroecologia no Brasil

No final da década de 1970, surgem os primeiros e mais significativos trabalhos que lançam os fundamentos do que iria se tornar a atual agroecologia. Em 1987, Miguel Altieri publica, nos Estados Unidos da América, o livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” focando a análise política e social na construção da dependência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento capitalista, bem como suas estratégias de resistência via desenvolvimento de técnicas agronômicas apropriadas, economicamente e

ambientalmente sustentáveis. Outro pioneiro, Stephen Gliessman (2000) preconiza a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Sendo assim, sua contribuição principal representa a aproximação da Ecologia à Agronomia, buscando um equilíbrio ecológico na produção primária. Já Eduardo Sevilla Guzmán (2005) propõe uma análise sociológica dos sistemas alimentares como um todo, avaliando questões “de fora da porteira”, não apenas as técnicas de produção agrícola mais apropriadas, mas como os sistemas de produção são estabelecidos e as relações sociais que permeiam esta produção. Desse modo, aproxima a agroecologia aos estudos do campesinato, propondo um desenvolvimento rural sustentável, elaborando soluções sociais coletivas frente à lógica insustentável do modo capitalista de produção (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 107).

No Brasil, a agroecologia tem início com os debates na década de 1980 dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), motivados pela conjuntura da época, em que o avanço das políticas econômicas de industrialização do campo ou a “modernização conservadora” (GRAZIANO NETO, 1982) da década de 1960 geravam o empobrecimento das populações rurais, a expropriação e o êxodo rural, além do esgotamento da fertilidade dos solos, a perda da biodiversidade de sementes e raças animais, envenenamento de ambientes e populações, no que se convencionou chamar de Revolução Verde. Portanto, inicialmente buscava-se um conjunto de técnicas alternativas ao modelo de produção agrícola hegemônico, denunciando as nefastas consequências deste modelo, mas

evoluindo de um conjunto isolado, para um conjunto articulado de experiências produtivas (Rede PTA) na década de 90 e passa a ser incorporado progressivamente por organizações de trabalhadores, movimentos sociais rurais e instituições estatais (LUZZI, 2007, p. 3).

Durante as duas décadas seguintes, a agroecologia foi sendo desenvolvida pelos atores ligados aos movimentos sociais, ONGs (Organizações não governamentais), entidades de assessoramento e capacitação técnica, universidades, entre outros. Neste contexto, a criação do PTA (Projeto de Tecnologias Alternativas) da FASE (Federação de Órgãos para

a Assistências Social e Educacional) na década de 1980 foi extremamente importante para a promoção de experiências diversas, pelo país, de apoio à luta pela permanência dos trabalhadores rurais no campo, articulando redes pré-existentes de profissionais, acadêmicos, organizações de produtores e Igreja (BENSADON, 2015). Há, a partir deste momento, uma maior aproximação com os movimentos sociais, na tentativa de superar o foco apenas nas questões tecnológicas, buscando a reflexão sobre um outro modelo de sociedade, permeado pela conjuntura política da redemocratização. Na década de 1990, houve a criação de diversas ONGs resultantes da atuação da PTA/FASE, criando-se a Rede PTA e a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa). É a partir dessa reestruturação que o termo agroecologia é incorporado, influenciado pelos trabalhos de Miguel Altieri, dando embasamento à discussão do processo endógeno de desenvolvimento de tecnologias apropriadas pelos produtores e não uma mera transferência de técnicas, como preconizava a política pública de extensão rural promovida pelo governo da época (BENSADON, 2015).

A avaliação da atuação da Rede PTA, bem como a análise da conjuntura política do início dos anos 2000, resultou na articulação de esforços para a realização de um encontro nacional que congregasse os diversos atores envolvidos na promoção da agroecologia no país, como movimentos sociais do campo, grupos de pesquisadores, redes de assessoramento, culminando no I ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) em 2002. Ao final deste encontro, a plenária decide pela criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para articular movimentos, redes e organizações da sociedade civil que promovem a agroecologia no país, além da orientação de fortalecer redes locais e regionais existentes de forma a articular escalas locais e nacionais (BENSADON, 2015).

Outra entidade com papel histórico relevante no desenvolvimento da agroecologia no Brasil é a ABA-Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia), fundada em 2004 no II Congresso Brasileiro de Agroecologia em Porto Alegre.

Desde 1999, no Rio Grande do Sul são realizados anualmente, por um conjunto de organizações governamentais e não-governamentais os Seminários

Estaduais e Internacional de Agroecologia. Tais encontros favoreceram o amadurecimento de espaços de sustentação política e articulação dos atores envolvidos na construção do campo científico-acadêmico da agroecologia brasileira. Havia uma grande lacuna de espaços de legitimação do enfoque agroecológico no universo científico-acadêmico, como a ausência de congressos e revistas especializadas. O I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) só foi realizado em 2003, concomitante ao V Seminário Estadual e ao IV Seminário Internacional de Agroecologia (PETERSEN *et al*, 2009). No II CBA, organizado no ano seguinte é formalizada a criação da ABA-Agroecologia. Em seu estatuto social, no artigo 2º:

A ABA-Agroecologia tem por finalidade incentivar e contribuir para a produção de conhecimentos técnico-científicos no campo da AGROECOLOGIA, de forma integrada ao saber popular, aprofundando as discussões e estudos sobre os sistemas agroalimentares em todas as suas complexidades, escalas e dimensões, desde a produção ao consumo, bem como contribuir na elaboração e implantação de políticas públicas, visando a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social (estatuto social, 2015).

Deste modo, a ABA-Agroecologia busca manter e fortalecer os espaços científico-acadêmicos, como congressos e seminários, além de promover a divulgação do conhecimento agroecológico elaborado de forma participativa por meio de publicações como a Revista Brasileira de Agroecologia que, desde 2005, conta com uma versão online e é recomendado pelo índice Qualis¹ da Capes.

Cabe ressaltar, que a ABA-Agroecologia foi convidada desde a sua criação a integrar a ANA enquanto entidade-membro da coordenação nacional, sendo um reconhecido ator de mobilização do campo científico-acadêmico (PETERSEN *et al*, 2009).

Outro conjunto de atores de grande importância para o desenvolvimento da agroecologia no país é o dos Grupos de Agroecologia (GA). Os GA são organizações autônomas dedicadas ao estudo, extensão, pesquisa e práticas

¹ Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação, para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

agroecológicas que, desde os anos 80, são criadas nas universidades brasileiras, formadas predominantemente por estudantes. Estes coletivos surgem como resistência e contraponto aos universitários que não se sentiam contemplados pela matriz curricular oficial. Em sua maioria, são originados nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor quantidade na Biologia, frequentemente vinculadas a Centros Acadêmicos. Atualmente, os grupos são os mais diversificados possível, sendo constituídos por pessoas de outros campos acadêmicos e, inclusive, de fora da universidade (FURQUIM, 2014).

Em 2009, durante o VI CBA e II Congresso Latino Americano de Agroecologia em Curitiba é organizado o I ENGA (Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia) que buscava congregar os mais diversos grupos ligados à agroecologia, mas que não estivessem necessariamente ligados a um curso específico, como agronomia ou engenharia florestal. Deste modo, o ENGA seria um espaço de articulação, troca de experiências, aprendizado e interação entre os membros dos grupos, bem como de articulação política junto aos movimentos sociais do campo e povos tradicionais. No ano seguinte, é criada a REGA Brasil (Rede Brasileira de Grupos de Agroecologia) durante o II ENGA em Aldeia Velha-RJ. O Encontro e a Rede inspiram-se em padrões horizontais e autogestionários de atuação, relação e organização social. Além disso, seus processos deliberativos são baseados na democracia direta (FURQUIM, 2014).

No Brasil todo estão cadastrados aproximadamente 50 GAs, sendo que muitos são também Núcleos de Estudos em Agroecologia. Apenas na região Sudeste estão cadastrados 38 GAs, sendo 17 no estado de São Paulo (REGA Brasil, 2016). Entre estes GAs, o Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã se destaca por ser também um Núcleo de Estudos em Agroecologia de referência.

3 Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA)

Em 2003 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) resultante da demanda dos movimentos sociais do campo por políticas públicas específicas voltadas à reforma agrária e ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica. Desde então, o agora

extinto MDA havia fomentado editais relacionados à inovação tecnológica, metodologias e processos, especialmente em parceria com o CNPq, por meio da Secretaria Nacional da Agricultura Familiar (SAF) e do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater).

O edital CT-Agro/MCT/MDA/CNPq nº 022/2004, visava a seleção de propostas para apoio a Projetos de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar. Deste modo, puderam participar instituições de ensino superior com propostas de projetos de extensão universitária em três linhas diferentes: 1. Processos produtivos agroecológicos; 2. Agregação de valor aos produtos e acesso a mercados; 3. Atividades rurais não-agrícolas (pluriatividade). Foram selecionadas 97 propostas, distribuindo R\$ 6,34 milhões entre os projetos. A região sudeste foi a maior beneficiada com 30 projetos aprovados. Essa foi a experiência embrionária que lançou as bases para o aprofundamento do debate da necessidade de um apoio sistemático e público a iniciativas universitárias de agroecologia, impulsionando a criação de grupos dentro das instituições. Tais ações fizeram parte da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188/2010.

De acordo com o Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010 os NEAs são

núcleos nas instituições de ensino, objetivando qualificar a formação de professores, alunos e técnicos extensionistas, bem como a geração de conhecimentos e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos agricultores familiares, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Além do edital acima, foram lançados a Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013 e a Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPQ Nº 21/2016, que também visam o apoio aos NEAs.

Desde sua criação, foram apoiados 281 projetos em 102 instituições de ensino superior diferentes. Os núcleos estão distribuídos em todas as regiões políticas do país, com uma predominância na região Nordeste.

Apesar disto, o estado de Minas Gerais concentra a maior quantidade de municípios por unidade da federação, sendo criados 40 grupos em 22 municípios nos últimos 7 anos de política (Figura 1).



Figura 1 - Municípios por unidade da federação com Núcleos de Estudos em Agroecologia. Fonte: apresentação oral Comissão Nacional de Educação em Agroecologia, II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, Seropédica-RJ, 2016.

4 Políticas Públicas de Apoio à Agroecologia

Cabe neste momento uma breve contextualização sobre as políticas públicas de apoio à agroecologia no Brasil, de maneira a situar historicamente o contexto que permitiu o desenvolvimento dos NEAs.

Dentre os países latino americanos, o Brasil é uma referência no avanço da institucionalização da agroecologia. Esta história tem início no final da década de 1970, junto com o desenvolvimento da própria agroecologia no país, como apresentado anteriormente. O aumento da capacidade de organização da sociedade civil em torno da temática de um desenvolvimento rural mais sustentável, e de construção de políticas de apoio à agricultura familiar encontrou seu maior eco durante o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2003), impulsionados pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a

implementação do Programa Fome Zero e o debate em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (SCHMITT *et al.*, 2017).

Entretanto, as políticas de apoio à agricultura familiar iniciam-se na década anterior com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como resultado de um processo de luta social protagonizado pelos trabalhadores rurais organizados. A criação do programa em 1996 não significou necessariamente um apoio a formas alternativas de se praticar a agricultura, já que desde a década de 1960 houve uma disseminação massiva das práticas e preceitos da Revolução Verde. Isto impulsionou o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, refletindo diretamente nas práticas agrícolas dos grandes capitalistas do campo, mas também no pequeno agricultor familiar.

Apesar disso, o PRONAF representou um grande avanço na institucionalização de outra perspectiva de agricultura, já que introduziu o conceito de agricultora familiar na pauta do governo, culminando com a Lei 11.326/2006, a chamada Lei da Agricultura Familiar (NIEDERLE *et al.*, 2014). Deste modo, há o reconhecimento deste ator social como sujeito de direito de políticas públicas, criando, assim um “nicho institucional” (SCHMITT *et al.*, 2017).

A partir dos anos 2000, cresce no Brasil a discussão sobre o desenvolvimento sustentável como eixo transversal dentro das políticas públicas. Neste sentido, a agroecologia se apresenta como uma possibilidade de união da “questão ambiental” e “questão social” enquanto alternativa de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, nota-se uma relação umbilical entre o apoio à agroecologia e a promoção da agricultura orgânica no que se refere à institucionalização e marco regulatório, com a criação da Lei 10.831/2003. O avanço na legislação sobre a certificação dos produtos orgânicos permitiu a inclusão de sistemas participativos e mais socialmente incluídos, promovendo modos de produção socialmente e ambientalmente mais justos e saudáveis (SCHMITT *et al.*, 2017).

Com este pano de fundo, nota-se uma crescente importância das ideias agroecológicas no desenvolvimento das políticas, especialmente com o aumento da participação popular por meio dos Conselhos e Conferências em meados dos

anos 2000 (PIRES & VAZ, 2014), impulsionadas pelas políticas de compras públicas.

Um importante marco nesta história foi a transferência, em 2003, do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) para o MDA, desencadeando o processo de elaboração da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) baseada nos princípios da agroecologia em 2004, culminando com a Lei 12.188/2010. Dando sequência, foi desenvolvida em 2012 a PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), gerando, em 2013, o I PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) e, em 2016, o II Plano revisado.

Portanto, é neste contexto que surgem os Núcleos de Estudos em Agroecologia enquanto uma das ferramentas de apoio e desenvolvimento da agroecologia no país. Em um momento que havia uma crescente ocupação da sociedade civil nos espaços institucionalizados, promovendo alterações nos marcos regulatórios e impulsionando a presença dos princípios agroecológicos como perspectiva de modelo de desenvolvimento rural.

METODOLOGIA

1 O aporte teórico conceitual sobre percepções sociais

Levando em consideração a percepção dos atores e sujeitos da pesquisa, inúmeros trabalhos têm se focado nos distintos sentidos do conceito de percepção e como ele pode ser considerado no incentivo à incorporação dos conhecimentos locais nas pesquisas científicas.

Os estudos da percepção humana têm início no final do século XIX com os estudos do psicólogo Wilhelm Wundt (1832-1920) em seu laboratório experimental com foco nos estudos da percepção (SIMÕES & TIEDEMANN, 1985), norteando a formação das escolas e teorias que aprofundaram o conceito (RODRIGUES, et al., p. 99, 2012).

Dentre as linhas conceituais da percepção, cita-se como as mais relevantes a Fenomenologia e o Behaviorismo Radical, estudos que se distinguem em significado, mas que são importantes para a construção conceitual da percepção e também para a formatação de metodologias científicas, com enfoque cultural e social.

Merleau Ponty resume a concepção de comportamento à consciência perceptiva, na qual teorias do comportamento e da percepção estão inteiramente interligados, existindo uma reciprocidade (RODRIGUES, et.al., p. 99, 2012). Portanto, a percepção é fundamental em estudos sociais, pois considera a vivência de cada ator com o fenômeno abordado. Para Abreu (2005), a percepção dos agentes é fruto de interação de valores, condições sociais e oportunidades econômicas. Portanto são múltiplas, sendo necessário considerar esses elementos para desvendá-las.

Apesar das diferentes definições encontradas na literatura, pode-se identificar que para ambas as vertentes a percepção é uma consciência intencional que está intimamente relacionada ao comportamento que os indivíduos tomam perante suas realidades, sendo extremamente complexo já que perpassa o comportamento perceptivo.

Por fim, trabalhos recentes iniciados na década de 1960, apontam a importância da percepção também nos estudos na área do meio ambiente, principalmente relacionados à geografia. A proposta é de que a percepção seja utilizada não apenas na elucidação da relação entre homem e ambiente, mas também nas pesquisas sociais ou políticas (PACHECO e SILVA, 2006).

No desenvolvimento da pesquisa é necessário compreender de que maneira os valores presentes resultam em percepções distintas do mesmo fenômeno, mesmo por indivíduos constituintes de um mesmo grupo social (MELLAZO, 2005; RIBEIRO, 2003; SIMÕES e TIEDEMANN, 1985; OKAMOTO, 2002; RODRIGUES, 2012).

A entrevista semiestruturada, um dos recursos deste aporte, é uma ferramenta que possibilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente, sem limitações criadas por um questionário (VERDEJO, 2006).

Portanto, é extremamente relevante a incorporação da percepção dos sujeitos de direito das políticas públicas em estudos relativos à sua análise, já que estão diretamente relacionados ao fenômeno e, ao mesmo tempo que contribuem com elaborações previamente estabelecidas, promovem novas reflexões no momento em que interagem com o pesquisador.

2 Métodos e técnicas da pesquisa

Com o intuito de desenvolver essa pesquisa qualitativa, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, sendo uma com o professor coordenador do núcleo e três com membros atuais. Aplicou-se questionários *online* a membros e ex-membros do Núcleo durante o segundo semestre de 2016, totalizando 18 questionários respondidos. Tanto o roteiro da entrevista, quanto os questionários continham questões que buscavam compreender o perfil dos membros, a identificação das principais atividades desenvolvidas pelo grupo e a percepção que tinham sobre as políticas públicas acessadas e a importância destas para as ações e para a agroecologia como um todo, além da própria percepção sobre a agroecologia.

Além disso, realizou-se a observação participante em diversas ocasiões de reuniões do grupo, totalizando três reuniões gerais ordinárias e uma oficina de sistematização de experiências promovida pela ABA durante o mês de março de 2017 com o intuito de captar informações sobre a organização interna do grupo e a dinâmica de funcionamento em relação aos parceiros. O projeto nacional de sistematização de experiências de NEAs promovido pela ABA, com financiamento do CNPq, teve o intuito de avaliar o impacto e as contribuições dos núcleos de todas as regiões do Brasil no desenvolvimento do conhecimento agroecológico e das ações diretas no rural brasileiro. Com a autorização do grupo, foi possível participar das atividades de sistematização por meio do registro fotográfico, gravações e filmagens de falas, onde foram construídas uma linha do tempo com as principais atividades desenvolvidas, uma matriz de ações e a definição de uma identidade do grupo, a partir da qual foi norteado o trabalho de sistematização da história do grupo.

Foi construída uma linha do tempo coletiva dos principais momentos que marcaram a história do grupo. Além disso, através da reflexão coletiva sobre a atuação do NAAC, chegou-se a uma representação comum sobre o papel do núcleo face a agroecologia no estado de São Paulo e na própria universidade, que será apresentado em tópicos subsequentes.

No questionário optou-se pela utilização da técnica de evocação livre (SOUZA, 2009), pois possibilita

[...]a apreensão das projeções mentais de maneira descontraída e espontânea, revelando inclusive os conteúdos implícitos ou latentes que podem ser mascarados nas produções discursivas; a segunda, pelo fato de se obter o conteúdo semântico de forma rápida e objetiva, reduzindo as dificuldades e os limites das expressões discursivas convencionais (OLIVEIRA et al, 2005, p. 574-575).

Sendo assim, foram propostas expressões indutoras sobre políticas públicas, especificamente as de fomento aos NEAs e concepção de agroecologia. Solicitou-se que a pessoa respondesse informando as seis primeiras palavras ou expressões que lhe viessem à mente. Assim, reduz-se os efeitos da defesa social por requerer respostas menos racionalizadas, extraíndo a representação do grupo sobre determinado tema. Além disso, utilizou-se uma escala de Likert adaptada (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014), de modo que cada membro pudesse expressar em uma escala numérica de 1 a 5 sua avaliação das políticas públicas de fomento à agroecologia e aos NEAs.

As respostas aos questionários foram submetidas a Análise de Conteúdo, metodologia popularizada por Laurence Bardin, de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, numa análise de dados qualitativos por meio do estabelecimento de categorias, estudando-se a comunicação por trás do documental, ou seja, a percepção (CAMPOS, 2004; BARDIN, 2009). De modo geral, uma análise de conteúdo pressupõe a passagem de fases determinadas: 1. Fase de pré-exploração, 2. Exploração do material e 3. Tratamento dos resultados.

Nesta pesquisa utilizou-se também de dados secundários produzidos pelo próprio NAAC referente à sua avaliação e participação nos editais, bem como dados disponíveis nos sites do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Educação. Os dados foram sistematizados, usando técnicas da análise qualitativa através da descrição densa da experiência do núcleo articuladas com a análise das percepções desses atores sociais (ABREU, 2005).

Portanto, a pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa e compreensiva das ciências sociais, sendo fundamental a participação do pesquisador dentro

da dinâmica e atividades do grupo, de modo a extrapolar a frieza dos números e estatísticas e adentrar na possibilidade de compreensão da percepção dos sujeitos sobre sua ação.

Em tempo, foi apresentado a todos os entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que obedece aos preceitos ético e legais do Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos da UFSCar e a resolução 466/12 (BRASIL, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 O Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã (NAAC)

O Núcleo de Agroecologia Apetê-Caapuã (NAAC), tem origem em 2009 no campus Sorocaba da UFSCar. Seu nome tem origem tupi-guarani, em que *apetê* significa um modo de cultivo agroflorestral em nucleação e *caapuã*, aquele ou aquilo que mora no mato. O grupo é um coletivo de iniciativa de alunos e professores para atuarem em Agroecologia junto a agricultores familiares e assentados da reforma agrária (ROSA et al, 2014).

A discussão em torno da agroecologia no campus iniciou-se em 2007, a partir da aprovação do projeto *“Extensão Inovadora em Modelos Sustentáveis de Produção: sistemas agroflorestrais e manejo de produtos florestais não madeireiros”* no Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007 pela Prof.^a Dr.^a Fátima Conceição Marques Piña Rodrigues, que tinha como objetivo principal a implantação de áreas modelo agroflorestrais nos assentamentos de Iperó-SP, mais especificamente no entorno da Floresta Nacional (FLONA) de Ipanema. A partir de 2009, com a admissão do Prof. Dr. Fernando Silveira Franco como professor adjunto no curso de Engenharia Florestal, sendo especialista em Conservação de Recursos Naturais, principalmente nos temas sistemas

agroflorestais, agroecologia, extensão rural e planejamento participativo, formou-se um grupo de discussão de assuntos relacionados à agroecologia e trocas de experiências a partir do interesse de alunos do curso de engenharia florestal e ciências biológicas, sob orientação deste professor.

Os primeiros encontros contaram com um número pequeno de alunos da universidade e se concentraram em leituras e discussões das estruturas básicas da Agroecologia, desenvolvendo os conceitos básicos do grupo. A partir de então, as reuniões tornaram-se semanais, tendo início o planejamento da prática agroecológica dentro do campus para divulgar o grupo (ROSA et al, 2014).

Logo no início, por meio de um projeto submetido à diretoria do campus, o NAAC conquistou uma área de 3000 m² para desenvolver experiências e elaborar práticas relacionadas à Agroecologia.

Desde 2009 já acessava recursos para financiamento de suas ações por meio de editais da PROEX da UFSCar. No ano seguinte o grupo é contemplado nos editais do ProExt (Pró-Reitoria de Extensão), CNPq e PET (Programa de Ensino Tutorial) que serão descritos detalhadamente posteriormente.

Apesar de o núcleo ser oficialmente um grupo PET, organiza-se de modo autogestionário, onde os alunos dividem responsabilidades na gestão junto ao professor tutor. Atualmente, o grupo divide-se em GTs (Grupos de Trabalho) e Gestão (Tabela 1), responsável pela divisão das atividades burocráticas. Obrigatoriamente, a partir de 2015, cada membro participa de um GT e de um grupo da Gestão.

Tabela 1 - Dinâmica de organização do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã.

GT (Grupo de Trabalho)	Gestão
Comercialização/Feira	Celebração
Integração Campo-Cidade	Comunicação
Pesquisa e Grupos de Estudos	Financeiro
Transição Agroecológica	Parcerias
UEPA (Unidade de Experimentação Participativa Agroecológica)	Secretaria

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Deste modo, todos os membros participam da manutenção do próprio núcleo, evidenciando uma concepção mais horizontalizada de organização, refletindo nas ações que o grupo desenvolve junto aos próprios agricultores.

O Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã se reúne quinzenalmente, buscando resgatar as atividades desenvolvidas e planejar as ações futuras, realizando uma Celebração Inicial de Ano, onde é feito todo o planejamento do semestre por meio da metodologia "Dragon Dreaming", desenvolvida pelo australiano John Croft que busca o planejamento e realização de projetos criativos e sustentáveis que leva em consideração os sonhos e anseios dos indivíduos. É dividido em quatro fases: sonho, planejamento, realização e celebração.

O Núcleo possui, atualmente, 33 membros, sendo que 12 são bolsistas PET e os demais são colaboradores voluntários ou externos, como alunos e ex-alunos da UFSCar, tanto de graduação, quanto de pós-graduação. Além disso, conta com o apoio de profissionais da área ambiental e de ATER da região de Sorocaba e de outras partes do estado. O quadro abaixo (Tabela 2) apresenta a composição atual do grupo.

Tabela 2 - Composição atual dos membros bolsistas do Núcleo de Agroecologia Apete Caapuã.

Curso/Formação	Número de membros
Licenciatura em Ciências Biológicas	06
Engenharia Florestal	05
Geografia	01

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

A presença maciça de estudantes de Biologia não surpreende se nos atentarmos à história do grupo. O núcleo surge após a ida de um grupo de estudantes de Biologia ao EREB-SE (Encontros de Estudantes de Biologia do Sudeste) na UNESP Botucatu em 2009. Ao retornarem, propõe junto ao prof. Fernando a organização de uma oficina de bioconstrução do espaço do Centro Acadêmico "Lobo Guará". A partir de então, surge o grupo de estudos em Agroecologia que se tornaria o Apetê-Caapuã.

Atualmente, o grupo passou por uma grande renovação de membros, já que houve uma nova seleção de bolsistas PET, pois os antigos bolsistas eram alunos do Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). O PRONERA é uma iniciativa do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que tem por objetivo fomentar parcerias com instituições de ensino públicas para a elevação de escolaridade e formação de jovens e adultos das áreas de reforma agrária, seguindo os princípios da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância.

O Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis teve início em 2009 e foi concluído em 2016, com a formatura de 48 estudantes de assentamentos rurais de todo o Estado de São Paulo. Por este motivo, a grande maioria dos membros atuais são calouros ou nos anos iniciais de seus respectivos cursos, conferindo um perfil menos experiente na agroecologia. Entretanto, isto não significa menos dedicação ou participação nas atividades já iniciadas. Durante o período em que a pesquisa foi realizada, pode-se notar um grande interesse por parte dos novos membros em conhecer a história do grupo e se apropriar das narrativas e atividades já consolidadas como ponto de partida para a construção de sua própria identidade.

1.1. Oficina de Sistematização de Experiências da ABA

Entre os dias 03 e 05 de março de 2017, o NAAC participou da Oficina do Projeto “Sistematização de experiências”: construção e socialização de conhecimentos – o protagonismo dos Núcleos e Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia das universidades públicas brasileiras (Figura 2). O projeto teve como objetivo principal analisar as práticas de construção do conhecimento agroecológico dos Núcleos (NEAs) e Redes de Núcleos (R-NEAs) de Estudos em Agroecologia vinculados à Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013, por meio da sistematização participativa de suas experiências, além da

formação em Agroecologia, da articulação de instituições e pessoas vinculadas a processos de construção de conhecimento agroecológico e de comunicação.



Figura 2 - Foto com todos os participantes da Oficina de Sistematização. Fonte: autoria própria, 2017.

Participaram, aproximadamente, 40 pessoas ao longo dos três dias de atividades. Nem todos eram membros atuantes do núcleo, mas possuem relação com o grupo e constituem, em diferentes graus, nós da rede sociotécnica do NAAC.

Abaixo serão descritas alguns dos resultados da Oficina de modo a complementar a caracterização da rede e sua história.

1.2. Linha do Tempo

Durante a oficina de sistematização da ABA em março de 2017, foi confeccionada uma linha do tempo com os principais eventos destacados pelos participantes. Cada um relatou uma atividade que mais marcou sua relação com o núcleo e a posicionou no tempo. Algumas atividades foram mencionadas mais de uma vez, representando a importância e o impacto que teve na vida do participante em relação à história do NAAC. Deste modo, todas as atividades

foram relatadas, independente da frequência com que apareceram, já que é parte da metodologia contemplar as repetições.

Tabela 3 - Linha do Tempo do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã confeccionada durante oficina de sistematização da ABA, março/2017.

Rio do Tempo - NEA Apetê Caapuã		
Data	Lembrança	Frequência
2009	EREB Sudeste - Apete Caapuã	02
	Conversa sobre grupo agroecologia	01
2010	Abril Vermelho	01
	Primeira Referência em NEA	01
	PET Conexões de Saberes	01
2011	Semana de Agroecologia UFSCAR Sorocaba	02
	SAF Rio Preto - Sete Barras	01
2012	II Fórum Paulista de agroecologia	06
	Encontro da APA (GT Abastecimento) / Criação da Coordenação Ampliada	05
	Oficina Pedagogia Social – Germinar	01
	Reunião NEA Sudeste	01
	Caravana Agroecológica	01
	Abril Vermelho	01
	Encontro da Rede Leste Paulista de agroecologia	01
2013	Ações Parque Chico Mendes	02
	Encontro Internacional de Agroecologia (Botucatu)	01
	Garfos	02
	Reunião CA APA - Yamaguishi	01
	Frutos da Mata Atlântica	01
	PRONERA	01
2014	Caravana Agroecológica Regional Sorocabana	04
	III ENA Juazeiro	03
	Feira Agroecológica - Campus UFCAR Sorocaba	02
	Plantio SAF – UFSCAR	01
	Edital CNPq 027/MDS - Segurança Alimentar - Rede CSA	01
	Caravana Sertão	01
	Eventos sobre Vegetarianismo	01
2015	Oficina NEAs Belém	01
	Referências constantes da RAU Unicamp	01
	Feira UFSCAR Sorocaba	01
	Escola Milton Santos - NEA Nheengatu	01
	Mutirões Agroecológicos com troca de saberes e sementes	01
	Caravana	01
	Feira Sesc	01
	Mostra Ecofalante	01
Feira Agroecológica da UFSCar e CSA	01	

2016	Finais de Semana Agroecológico e Cartilhas	05
	Celebrações	03
	Caravana Agroecológica - Recepção Lote Mãe Terra	02
	Excursão Científica	02
	ERGA-SE Alegre (ES)	02
	Caravana Comboio SP	02
	Seminário Sudeste 7 Lagoas	02
	CONSEA Sorocaba	02
	Seminário Frutos da Mata Atlântica	01
	Abril Vermelho	01
	Encontro Paulista de Agrobiodiversidade e SAF	01
	Oficina Bauru – Embrapa	01
	Primeira Reunião NAAC	01
	Visita Sete Barras (reflexão cartilha, SAF, Juçara, Rio Preto)	01
	II SNEA	01
MST Itapeva - Assentamento Pirituba	01	
2017	Oficina de Sistematização	01
	Seminário SAF Juçara	01
	Acolhida	01
	CAPs Miguel Arcanjo	01
	Associação Biodinâmica	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A construção desta linha do tempo é muito importante para a reconstrução histórica das principais atividades do núcleo. Além disso, permite um resgate coletivo das atividades por aqueles atores que participaram do processo, não sendo o mesmo possível se realizado de maneira individual com cada participante. Ao mesmo tempo em que cada participante colocava seu evento em uma tarjeta, compartilhava com os demais, sendo construída coletivamente (Figura 3).



Figura 3 - Registro da dinâmica da Linha do Tempo. À direita as tarjetas referentes ao ano de 2016. Fonte: autoria própria, 2017.

O ano de 2016 possui a maior quantidade de lembranças, já que a maioria dos membros atuais do núcleo entraram no grupo a partir deste ano e estavam em maior quantidade participando da oficina, sendo que os Finais de Semana Agroecológicos foram os mais recordados.

Dentre todas as atividades, a mais recordada foi o II Fórum Paulista de Agroecologia em 2012 (Figura 4). De fato, esta atividade representou um momento muito importante para a história da Articulação Paulista de Agroecologia (APA), já que foi neste encontro que houve uma reestruturação organizacional da entidade, sendo o NAAC um ator central neste processo. Ademais, o NAAC, por meio do Prof. Fernando Franco, já participava ativamente da APA desde sua admissão na universidade, sendo que o evento de 2012 culminou na reunião de processos e atores-chave da agroecologia do estado de São Paulo que estavam, também, presentes nesta oficina de sistematização.



Figura 4 - Cartaz de divulgação do II Fórum Paulista de Agroecologia e VI Encontro da Articulação Paulista de Agroecologia.

Cabe uma ressalva em relação a essa metodologia. Apesar desta técnica privilegiar a participação de todos os atores do processo, contemplando as repetições de modo a ressaltar a importância de determinados eventos históricos, tal escolha compromete a fiel representação temporal de todas as atividades descritas. Portanto, esta linha do tempo faz parte do rol de técnicas das metodologias participativas, cujo intuito é a valorização da percepção e participação dos envolvidos no processo. Não há uma preocupação metodológica em descrever o máximo de detalhamento das atividades desenvolvidas ao longo do tempo, mas o quanto determinadas atividades foram mais ou menos significativas na vida das pessoas que compõe a história do núcleo.

2 Atividades desenvolvidas pelo NAAC

Verificou-se uma grande diversidade de políticas públicas como fontes de recursos financeiros que são acessados pelo Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã. De modo a garantir uma melhor contextualização dos resultados, segue

uma breve descrição dos editais vinculados às políticas de fomento à agroecologia, bem como de apoio à extensão universitária.

2.1. Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010

A construção deste edital foi realizada de forma participativa com os membros do Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e visavam atender três critérios obrigatórios:

- a) existência de articulação entre professores/pesquisadores no âmbito da instituição de ensino proponente e entre estes e grupos de profissionais e/ou agricultores que atuam em iniciativas de produção/extensão baseadas nos princípios da agroecologia;
- b) a participação de alunos e/ou grupos de alunos, assim como aqueles em cuja concepção se destaca o caráter interdisciplinar e multidisciplinar, na busca da integração de diferentes áreas de conhecimento da instituição;
- c) a produção científica a partir dos princípios da agroecologia gerados nos Núcleos de Pesquisa e Extensão em Agroecologia. (BRASIL, 2010).

Foram apoiados entre 2010 e 2013, 52 projetos por 40 Instituições de Ensino Superior (IES): 39 universidades públicas e 1 instituto federal tecnológico, distribuídos em 20 estados da federação. Foram beneficiados 33.346 agricultores, 1.086 professores e pesquisadores, 3.260 estudantes e técnicos. Tais projetos promoveram 3.713 reuniões ou encontros/oficinas de capacitação e 2.998 visitas de campo. As equipes executoras dos núcleos participaram de 464 seminários nas temáticas de agroecologia e/ou desenvolvimento sustentável e constituíram 662 parcerias com instituições de ensino, ATER, pesquisa, organizações de agricultores e órgãos públicos, como secretarias, prefeituras e outros (CAVALCANTI, 2015).

Apesar das instituições elegíveis serem apenas as de ensino superior públicas, o estabelecimento de parcerias com organizações não-governamentais, instituições de ensino médio, secretarias municipais e estaduais, organizações de agricultores apontam a eficácia do edital enquanto mecanismo de promoção de articulações e disseminação de conhecimento e metodologias.

Com o fomento do edital, o NAAC conseguiu articular uma série de ações em conjunto com os agricultores familiares da região da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba-Médio Tietê (municípios de Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Porto Feliz, Salto de Pirapora e São Roque). Por meio do edital foi possível a aquisição de equipamentos, bolsas de dedicação exclusiva para 20 alunos de graduação e 3 de pós-graduação, articulou-se oficinas de sistematização de experiências de base agroecológica, bem como o diagnóstico e registo junto aos agricultores. O projeto consistiu de seis objetivos: a) consolidar o Núcleo de Agroecologia na Universidade Federal de São Carlos/Campus Sorocaba; b) diagnosticar demandas técnicas de base agroecológica na realidade agrícola familiar regional; c) identificar, registrar e sistematizar iniciativas já existentes nos municípios da bacia hidrográfica do Rio Sorocaba-Médio Tietê, envolvendo sistemas de produção agrícola de base ecológica, sistemas agroflorestais e produtores em fase de transição; d) promover o intercâmbio de experiências entre agricultores, pesquisadores e extensionistas que atuam dentro dos princípios agroecológicos na região; e) realizar atividades de extensão focadas nos princípios da agroecologia; f) fortalecer processos de transição agroecológica na região, por meio da elaboração participativa de propostas de transição agroecológica adaptadas à realidade rural diagnosticada na região e do estabelecimento de unidades demonstrativas.

Segundo o relatório de execução entregue ao final do edital para prestação de contas, os resultados alcançados foram:

a) Promoção de oito oficinas de extensão rural sobre diversas temáticas que contaram com a participação de aproximadamente 250 agricultores familiares e assentados de reforma agrária da região;

b) Participação ativa de 30 discentes de diversos cursos de graduação, a maioria bolsista, na dinâmica diária do núcleo;

c) Produção de publicações técnicas e científicas em revistas e periódicos de agroecologia e produção orgânica;

d) Elaboração e defesa de três dissertações de mestrado em agroecologia e desenvolvimento rural, todos de mestrandos bolsistas do projeto;

- e) Produção de 1.000 exemplares de uma cartilha, cujo conteúdo teve como objetivo fortalecer práticas de transição agroecológica, e 500 folders de divulgação sobre o Núcleo Apetê Caapuã;
- f) Promoção e articulação de dois Fóruns Paulistas de Agroecologia, coordenados pela equipe do núcleo, que contaram com mais de 400 participantes diretos e aproximadamente 800 flutuantes, em cada versão;
- g) Participação ativa nos fóruns de discussão e elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER);
- h) Presença e incidência nos fóruns de discussão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO;
- i) Articulação, apoio e participação na consolidação do primeiro Conselho Diretivo da Articulação Paulista de Agroecologia;
- j) Curso de capacitação em agroecologia, com carga horária de 120 horas, para 3 turmas de 25 docentes, totalizando 75 participantes, dos cursos técnicos de Agropecuária, Agroecologia e Agroindústria do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Etecs, de 13 diferentes cidades (Piedade, Jundiaí, Bebedouro, Itapetininga, Iguape, Sorocaba, Taquarivaí, Teodoro Sampaio, Rancharia, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Itu e São Paulo), alocadas em mais de quatro distintas regiões do estado de São Paulo;
- k) Apoio na consolidação de duas Organizações de Controle Social – OCS, em parceria com dois grupos de assentados, indicador resultante das oficinas de formação e acompanhamento do Núcleo de Agroecologia Apete Caapuã da UFSCar/Sorocaba.

2.2. Chamada CNPq/MDS-SESAN N ° 027/2012

O projeto submetido a esta chamada teve como principal objetivo fomentar iniciativas de apoio à agricultura familiar e agroecológica por meio da CSA (Community Supported Agriculture). A CSA, conhecida no Brasil como

Agricultura Apoiada pela Comunidade, é um formato de trabalho em rede em que o agricultor deixa de vender unicamente seus produtos no mercado, por meio de intermediários, para vender os produtos agroecológicos diretamente aos consumidores conscientes. Com isso, passa a contar com uma rede de apoio que viabiliza a organização e o financiamento de sua produção, colaborando para o desenvolvimento sustentável da região e estimulando um comércio justo, solidário e direto (COOLEY & LASS, 1998). Desse modo, cria-se uma cultura alimentar baseada nas culturas da época a (BROWN & MILLER, 2008) e nas características socioculturais da região (Figura 5).



Figura 5 - Infográfico com os benefícios do CSA. Fonte: <http://csasorocaba.hospedagemdesites.ws/saibamais/>. Acesso em 15/11/2017.

Para as famílias consumidoras do CSA há a possibilidade de conhecer de perto o dia a dia da propriedade rural, participar ativamente em atividades coletivas como mutirões, plantando, colhendo e cuidando dos animais.

Os participantes do CSA assumem por um ano a responsabilidade por um empreendimento agrícola concreto em sua região e desenvolvem uma compreensão para com os problemas dele. Assim, é definida conjuntamente entre produtores e consumidores, uma relação de itens de alimentos que comporão uma cesta semanal, que é retirada em um local previamente combinado. Esta cesta normalmente possui produtos “in natura” como legumes e verduras, cuja quantidade varia conforme o tamanho da família. O valor pago mensalmente por cada família consumidora baseia-se não apenas no custo de produção de cada item, mas também num valor adicional que corresponde a um

“custo de vida” do produtor, ou seja, um valor para que o produtor tenha uma qualidade de vida em igualdade de condições com os consumidores, envolvendo seus custos com a manutenção e investimentos na propriedade, além da sua moradia, vestuário, educação, saúde e cultura.

Sendo assim, o projeto submetido ao edital visava apoiar o desenvolvimento do CSA no Brasil, especialmente no estado de São Paulo, por meio de formações e oficinas sobre o tema, com vistas à criação e consolidação de núcleos de consumo por meio de uma rede organizada.

Mais especificamente, os objetivos foram:

- Criar a Rede Brasileira de CSA envolvendo projetos e iniciativas já existentes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais;
- Sensibilizar e conscientizar consumidores sobre a importância e relevância do CSA a fim de ampliar a participação dos consumidores na rede, particularmente dos projetos de CSA de Botucatu e Sorocaba;
- Aproximar consumidores e produtores para interação e troca de experiências;
- Realizar intercâmbio entre agricultores familiares, consumidores, técnicos/as e representantes de organizações sociais de todo o Brasil;
- Apoiar tecnicamente os agricultores familiares envolvidos com CSA;
- Realizar a Formação Profissional e Educação Continuada de profissionais da Nutrição, Comunidade Escolar, Profissionais da Saúde e de Desenvolvimento Social na região de Botucatu.

Por meio da contratação de Hermann Pohlmann, profissional que enorme experiência com o sistema CSA tanto no Brasil quanto na Alemanha, foi possível construir as condições para a criação e fortalecimento de uma Rede Brasileira de CSA.

Um dos resultados alcançados foi a criação do CSA Sorocaba (Figura 6) que atua com 4 famílias de agricultores e disponibiliza duas modalidades de cestas semanais:

Cota 1 - 7 itens: R\$90,00 ao mês;

Cota 2 - 13 itens: R\$160,00 ao mês.

Como o trabalho no CSA é voluntário e realizado por todos os membros, o grupo se divide em 4 GTs (Grupos de Trabalho): Comunicação, Financeiro, Entrega e Técnico. Desta maneira, todo o trabalho de gestão é dividido entre as afinidades e capacidades de cada membro.



Figura 6 - Página inicial do site do CSA Sorocaba. Fonte: <http://csasorocaba.org.br/>. Acesso em 15/11/2017

Por meio do edital foi possível organizar o Encontro Nacional de CSA durante o III ENA em Juazeiro-BA, consolidando a formação do CSA Brasil.

Atualmente existem 50 CSAs espalhados em 9 estados pelo Brasil e o Distrito Federal. O estado de São Paulo concentra a maioria das iniciativas, totalizando 30 CSAs.

2.3. Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013

Com o sucesso das ações apoiadas pelo edital anterior, outros órgãos do governo federal somam recursos para a construção da chamada nº81/2013. Os principais objetivos são a implantação ou manutenção de um Núcleo de Estudo em Agroecologia ou de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, ou implantação de um Centro Vocacional Tecnológico ou, ainda, a criação de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia.

Com a consolidação do NAAC através do edital anterior, o projeto intitulado *“Projeto Núcleo de Agroecologia Apetê-Caapuã - NAAC UFSCar Sorocaba: Tecendo Redes para a Transição Agroecológica na Região*

Sorocabana”, submetido nesta ocasião visava ampliar o território de ação do grupo, bem como promover a articulação da Caravana Agroecológica Regional como atividade preparatória ao III Encontro Nacional de Agroecologia em Juazeiro-BA no ano de 2014. A caravana promoveu visitas às famílias de agricultores parceiras do núcleo possibilitando aos participantes conhecimento e tecnologia de como lidar com desafios econômicos, sociais, políticos e de manejo de agroecossistemas. Uma das bases teóricas que marcam as caravanas é a metodologia campesino a campesino, baseada na solidariedade e intercâmbio entre os próprios agricultores, em uma proposta emancipadora de educação popular visando o desenvolvimento rural sustentável e endógeno (GONZÁLEZ, 2008).

Além da Caravana Regional, ocorreu a preparação para a Caravana Agroecológica e Cultural rumo ao Vale do Ribeira em maio de 2016, uma realização da Rede de Núcleos de Agroecologia da Região Sudeste (R-NEA) e da Articulação Paulista de Agroecologia (rede APA) por meio do Projeto Comboio Agroecológico Sudeste – apoiado, também, pela Chamada Pública do Edital 81/2013. O Núcleo Apetê Caapuã teve papel importante na organização desta Caravana na região e no estado, cedendo bolsistas, mantendo a articulação da rede de atores, facilitando visitas técnicas, além de garantir a participação dos agricultores.

Com este novo edital, o grupo pode avançar no apoio à criação de novas OCS (Organização de Controle Social) na região, bem como a assessoria a grupos de agricultores no acesso ao mercado institucional por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Além disso, auxiliou no processo de criação da Rede CSA Brasil e do CSA Sorocaba, como descrito anteriormente. Outro processo fortalecido pelo edital foi a consolidação da Feira Agroecológica, possibilitando o incremento de renda dos agricultores participantes. Contribuiu para a formação e também para a elaboração de um projeto de ATER Agroecológica para a região, que foi aprovado por uma cooperativa de técnicos (COATER) junto ao MDA no ano de 2014.

A partir deste novo projeto, foi possível consolidar a participação de membros do Núcleo em Fóruns e Conselhos tais como o Conselho de Segurança

Alimentar (municipal, regional e estadual), o Conselho Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Fórum de Agricultura Familiar da Região de Sorocaba, também possibilitou a ampla atuação do NAAC no fortalecimento de grupos e organizações sociais. O NAAC promoveu, também junto com parceiros do projeto, uma Audiência Pública para debater a Minuta da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, de forma a contribuir para o fortalecimento da Agroecologia no âmbito estadual.

Além disso, o edital permitiu o apoio a outros grupos parceiros do núcleo:

- COATER - Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica e Extensão Rural (Cooperativa de ATER): Mobilização e articulação local para realização de atividades de extensão e oficinas, participação em atividades de ensino e extensão;
 - COOPLANTAS - Cooperativa de Plantas Medicinais (Cooperativa de produção agrícola e beneficiamento);
 - COOPAS - Cooperativa São Jorge de Produção Agropecuária da Agricultura Familiar (Cooperativa de produção agropecuária);
 - COPRAFI - Cooperativa de Produtores Agrícolas e Artesanato da Fazenda Ipanema - (Cooperativa);
 - CRP/SP Sorocaba - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - Subsede de Sorocaba (Conselho de Classe);
 - GARFOS - Grupo de Articulação Regional da Feira de Orgânicos de Sorocaba (Grupo Informal);
 - Quilombo CAFUNDÓ - Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó (Comunidades Tradicionais),
 - Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba (Sindicato de Classe);
 - Unidos Venceremos (Organização de controle Social, OCS - Grupo de Certificação participativa de produtos orgânicos);
 - CVT (Centro Vocacional Técnico) - UNESP FCA Campus Botucatu;
 - REDE UFSCAR AGROECOLOGICA - UFSCar Campus Lagoa do Sino;
- Um importante avanço na organização interna do grupo, propiciado pelo edital foi o fortalecimento dos grupos de estudos. Por meio destes grupos, houve

o aprofundamento dos estudos nos diversos temas relacionados à agroecologia e desenvolvimento rural, resultando 42 publicações das ações do projeto.

Um ponto negativo ressaltado foi a disponibilização de sete bolsas do tipo EXP-C para agentes de ATER com dedicação exclusiva ao projeto no valor de R\$1.100,00. Esta remuneração é extremamente baixa frente à demanda de trabalho exigida pelo projeto, dificultando a continuidade das atividades.

2.4. Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPq Nº 21/2016

Após a extinção do MDA, houve uma grande incerteza se ainda haveria alguma chamada específica para os NEAs. Seguida de muita articulação política e insistência dos grupos organizados da agroecologia no país, a Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPq Nº 21/2016 foi finalmente publicada em dezembro de 2016. Seu principal objetivo é o apoio à implantação e manutenção de NEA e CVT em Agroecologia. Na Linha 2: Manutenção de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica, os recursos foram de até R\$80.000,00 por proposta, sendo que o montante total destinado foi de R\$3.700.000,00. Considerando-se que foram apoiados 281 projetos desde o primeiro edital em 2010, o recurso destinado nesta chamada seria suficiente para manter apenas 46 NEAs. Portanto, uma redução significativa dos recursos para esta importante política pública. Até o momento não foram divulgados os resultados finais do processo de avaliação das propostas enviadas.

Abaixo segue duas tabelas sintetizando os principais resultados obtidos nos editais até aqui descritos (Tabela 4 e 5).

Tabela 4 - Tabela síntese dos principais eventos, cursos e materiais dos projetos submetidos pelo NAAC aos editais de fomento aos NEAs.

EDITAL	Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010	Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013	Chamada CNPq/MDS-SESAN N º 027/2012
TÍTULO	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia UFSCAR Sorocaba: semeando a sustentabilidade no Médio Tietê	Projeto Núcleo de Agroecologia Apetê-Caapuã - NAAC UFSCar Sorocaba: Tecendo Redes para a Transição Agroecológica na Região Sorocabana	Aproximando Redes de Agroecologia, Educação Alimentar, Agricultores Familiares e Consumidores Conscientes: potencialidades, desenvolvimento e avaliação das experiências de Community Supported

		Agriculture (CSA) no Brasil	
CURSOS	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação Participativa; • Biodinâmica; • Produção Ecológica de Sementes; • Preparados, compostagem e biofertilizantes; • Formação de Docentes do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (20 docentes formados) 	<ul style="list-style-type: none"> • Workshop PDRS: Sistemas Agroflorestais -Assentamento Ipanema; • Curso CSA 1º e 2º módulos com Hermann Pohlmann – UFSCar/Sorocaba; • Conferência de Biodinâmica, em Botucatu/SP; • Seminário Sistemas Agroflorestais Rio Preto: Avaliação de desenvolvimento comunitário do bairro Rio Preto, Sete Barras-SP; • Curso de Fundamentos da Agricultura Biodinâmica; • Curso EAD "Caminhos da Transição Agroecológica"; • Capacitação em pedagogia social 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso sobre CSA - formação de núcleo; • Curso Soberania e Segurança Alimentar
EVENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Abril Vermelho; • Semana de agroecologia da UFSCar Sorocaba; • CIPATEC-IFSP São Roque; • I Fórum da Articulação Paulista de Agroecologia - Região Sorocaba; • II Fórum Paulista de Agroecologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Abril Vermelho; • Caravana Agroecológica e Cultural na Região Sorocabana; • III ENA; • Dia Mundial da Alimentação no SESC Sorocaba; • Palestra com Paulo Kageyama; • Feira Agroecológica 	
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Cartilhas; • Folders 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartilha Agroecologia no Campus; • Folder Feira Agroecológica; • Filme da Caravana Agroecológica 	
OUTRAS ATIVIDADES	<ul style="list-style-type: none"> • 8 oficinas temáticas; • Apoio à consolidação de 2 OCSs 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina Planejamento Participativo de SAFs; • Grupo de Estudos sobre levantamento etnobotânico de plantas medicinais no Quilombo Cafundó; • Cine Debate "O veneno está na mesa II"; • Cine Debate "Muito além do peso"; • Oficina de Planejamento da Produção; • Consolidação de 3 OCSs 	<ul style="list-style-type: none"> • Dias de Campo; • Visitas; • Oficinas

Fonte: autoria própria, 2017.

Tabela 5 - Tabela síntese da relação de bolsistas, docentes, agricultores beneficiados e publicações resultantes dos projetos submetidos pelo NAAC aos editais de fomento aos NEAs.

EDITAL	Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010	Chamada MCTI/MDA/MDA/MEC/ MPA/CNPq Nº 81/2013	Chamada CNPq/MDS- SESAN N º 027/2012	TOTAL
--------	------------------------------------	---	---	-------

TÍTULO	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia UFSCAR Sorocaba: semeando a sustentabilidade no Médio Tietê	Projeto Agroecologia Caapuã - NAAC UFSCar Sorocaba: Tecendo Redes para a Transição Agroecológica na Região Sorocabana	Núcleo de Apetê-UFSCar Redes de Familiares Consumidores Conscientes: potencialidades, desenvolvimento e avaliação das experiências de Community Supported Agriculture (CSA) no Brasil	
DOCENTES	6	3	2	11
BOLSISTAS GRADUAÇÃO	20	2	1	23
BOLSISTAS PÓS	3	0	0	3
BOLSISTAS TÉCNICOS	3	7	4	14
AGRICULTORES BENEFICIADOS	250	506	10	766
PUBLICAÇÕES	5	42	4	51
TESES/DISSERTAÇÕES	3	4	3	10
VALOR	R\$ 99.123,00	R\$ 198.009,69	R\$ 92.356,78	R\$ 389.489,47

Fonte: autoria própria, 2017.

Além dos editais, outras políticas públicas de fomento às atividades de pesquisa, ensino e extensão proporcionam oportunidades de investimento em ações de agroecologia junto ao público jovem. São descritas brevemente algumas destas iniciativas que são acessadas pelo NAAC.

2.5. Feira Agroecológica da UFSCar

A Feira Agroecológica é uma iniciativa do NAAC que não possui apoio direto de nenhum edital descrito anteriormente. Deste modo, é uma atividade autogestionária e autônoma aqui apresentada de modo complementar às atividades do grupo no campo da comercialização.

A partir de uma experiência bem-sucedida de comercialização de produtos dos agricultores familiares em um evento de agroecologia organizado pelo Núcleo em 2014 na universidade, identificou-se a grande demanda por produtos orgânicos pela comunidade universitária. Deste modo, a partir do segundo semestre de 2014 iniciou-se a Feira Agroecológica da Agricultura Familiar da UFSCar Sorocaba (Figura 7) com a participação de três produtores. A feira ocorre semanalmente às terças-feiras entre 10h e 16h, e conta,

atualmente, com quatro agricultores, oferecendo hortaliças, doces, compotas, artesanatos, entre outros produtos.



Figura 7 - Material de divulgação da Feira Agroecológica da Agricultura Familiar na UFSCar Sorocaba. Fonte: <https://www.facebook.com/Feiraagroecologicadaufscar/photos/a.1506958436294505.1073741828.1504746499849032/1608954219428259/?type=3&theater> acesso em 03/12/2017

Foram identificadas algumas dificuldades para a sustentabilidade financeira do empreendimento ao longo do processo. Os principais consumidores são professores e funcionários, já que a maioria dos estudantes se alimenta no restaurante universitário, além do campus ser afastado do centro da cidade, dificultando o acesso por parte da comunidade externa. Sendo assim, foram desenvolvidas algumas estratégias para atrair mais público, como a “Música na Feira”, além de atividades culturais aliadas à comercialização. Respeitando os princípios da agroecologia e do comércio justo e solidário, se aceita que os feirantes façam a composição de suas bancas com até 30% (trinta por cento) de produtos de terceiros, desde que mantenham preços acessíveis.

Apesar das dificuldades, avalia-se que a Feira é um importante espaço de sensibilização para a agroecologia, além de ser uma estratégia de comercialização e integração campo-cidade, promovendo a discussão sobre a produção saudável de alimentos em contraposição ao agronegócio. Atualmente, esta iniciativa não possui nenhuma fonte de recursos ligado a projetos ou editais públicos, sendo desenvolvido exclusivamente pelos integrantes do Núcleo, por meio do GT Comercialização.

De modo complementar à feira, foi adotada uma estratégia de comercialização bastante eficiente em que são disponibilizadas cestas semanais de produtos orgânicos mediante pagamento adiantado. Esta estratégia não é recente, mas no Brasil não é muito difundida. De modo geral, os consumidores se organizam em Grupos de Consumo, visando encurtar a cadeia de abastecimento, incentivando relações mais diretas na cadeia comercial, estreitando laços entre os produtores e consumidores (INSTITUTO KAIRÓS, 2013). A organização das cestas contribui para o pagamento de um preço mais justo aos produtores e mais acessível aos consumidores, favorecendo a diminuição dos impactos ambientais, como a emissão de poluentes no transporte.

Atualmente, a Cesta Apetê é composta por oito itens: três pés ou maços de verduras, um maço de tempero, uma raiz (aproximadamente 350g), dois legumes (aproximadamente 350g) e uma fruta (entre 350g e 1kg) (Figura 8). Participam deste grupo de consumo 22 pessoas entre alunos, professores e funcionários da universidade. Estas cestas são entregues semanalmente no mesmo dia e local da Feira descrita anteriormente. O pagamento se dá de modo mensal ou semanal, sendo R\$ 120,00 e R\$ 30,00, respectivamente. Os consumidores assumem um compromisso por meio de um termo assinado no Núcleo, em que se comprometem a manter o pagamento dos alimentos pelo prazo determinado. Deste modo, investem nos agricultores, tornando o ato de consumo em, também, um ato político de apoio e fomento à transição agroecológica.



Programa Cestas Apête 2017

Garanta seus produtos orgânicos e agroecológicos semanalmente por um preço justo e acessível. Confira!

Na cesta você adquire produtos da época nas seguintes quantidades:

- Verduras (3 pés ou maços)
- Tempero (1 maço)
- Raízes (aprox. 350g)
- Legumes (2 tipos / aprox. 350g cada)
- Fruta (350g~1Kg)

Por apenas R\$120,00 mensais ou R\$30,00 semanais*

Para fazer seu pedido e para mais informações:
 programacestas.apete2017@gmail.com
 ou pelo whatsapp
 (13)991536189 - Thainara

*Retirada da cesta todas as terças, das 10h30 às 16h na UFSCar Sorocaba

Logos: Feira Agroecológica da Região Litorânea, PEET, UFSCar Sorocaba

Figura 8 - Material de divulgação do programa de cestas semanais. Fonte: <https://www.facebook.com/Feiraagroecologicadaufscar/photos/a.1803049390018740.1073741833.1504746499849032/1803049663352046/?type=3&theater>, acesso em 03/12/2017

Apesar das dificuldades, o NAAC consolidou ainda mais sua identidade como espaço de referência na promoção da Agroecologia e de sistemas de produção de base ecológica reconhecida por instituições de ensino técnico e superior, setor público, terceiro setor, agricultores familiares, comunidade quilombola e assentados da região de Sorocaba.

2.6. PROEXT - Programa de Extensão Universitária

Criado em 2003, o ProExt (Programa de Extensão Universitária) era o maior programa interministerial do governo até 2014. Por meio do Ministério da Educação (MEC), Instituições de Educação Superior recebem recursos para execução de ações de extensão universitária com ênfase na inclusão social e subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas. Os temas desenvolvidos pelo programa são: atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, geração de trabalho e renda em economia solidária, promoção e/ou prevenção à saúde, violência urbana, direitos humanos, educação de jovens e adultos, atenção à pessoa idosa, à

pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas, atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado, educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário, inclusão étnica, apoio à organização e desenvolvimento comunitário, inclusão social dos usuários de drogas, inclusão digital, apoio às atividades de escolas públicas, ensino de ciências, educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento.

A partir do Edital nº05 MEC/SESu de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário firma parceria com o MEC, disponibilizando recursos no apoio a atividades da “Linha Temática 6: Desenvolvimento Agrário”, cujo subtemas são: apoio à agricultura familiar (como definido na Lei nº 11.326) objetivando a transição agroecológica para sistemas de produção de base ecológica; capacitação de técnicos das entidades de assistência técnica e extensão rural em manejo ecológico de solos; formação de docentes, técnicos e discentes em agricultura familiar e agroecologia; sistematização de experiências inovadoras em extensão rural junto a agricultura familiar; formação continuada de docentes de extensão rural de instituições de ensino superior e médio (MEC, 2010).

Neste contexto, inúmeras instituições de ensino puderam financiar suas atividades ligadas à agroecologia e agricultura familiar. Apesar do ProExt não ser uma política pública específica para o apoio aos NEAs, muitos grupos ligados à universidade puderam se beneficiar destes recursos e promover atividades de ensino, pesquisa e, principalmente extensão, em agroecologia.

No ano de 2010 foi aprovado o primeiro projeto do NAAC no edital ProExt/MEC/SESu nº05/2010 na Linha Temática 6 - Desenvolvimento Agrário, intitulado “Transição agroecológica em assentamentos rurais em São Paulo por meio de sistemas agroflorestais”. Este edital permitiu a atuação numa abrangência territorial maior, compreendendo os municípios de Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Porto Feliz, Salto de Pirapora, São Roque. Este projeto foi elaborada como uma continuação de um projeto anterior intitulado “Capacitação socioambiental para construção de projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no estado de São Paulo”,

uma iniciativa da Embrapa Meio Ambiente em parceria com o Inbra e organizações dos agricultores assentados, financiado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já que muitos alunos do curso de Agronomia/PRONERA² já atuavam nesta iniciativa e este edital daria a oportunidade de continuar as ações já iniciadas, mas com o apoio do NAAC.

De acordo com o projeto submetido, os objetivos eram: 1. Monitorar e avaliar a sustentabilidade dos Sistemas Agroflorestais identificando demandas de conhecimento agroecológico; 2. Desenvolver e disseminar técnicas de manejo não convencionais, embasadas na maior independência de insumos externos, no manejo ecológico do solo, de pragas e de doenças e na seleção e produção autônoma de sementes; 3. Ajustar e qualificar os Sistemas Agroflorestais, incentivando a apropriação do conhecimento técnico, o uso racional da mão-de-obra disponível e a criação de opções de renda (como processos de agregação de valor ou de inserção diferenciada da produção no mercado); 4. Gerar conhecimento sobre desenho e manejo de sistemas sustentáveis, por intermédio de unidades de experimentação agroecológica.

Por meio de oficinas de formação teórico-práticas, visitas aos lotes, os bolsistas desenvolveram atividades de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), além de sistematizarem essas experiências em relatos e artigos científicos apresentados em simpósios e congressos, atendendo o critério de produção e disseminação de conhecimentos gerados. Um dos frutos deste edital foi a elaboração da cartilha.

Portanto, desde 2010 o ProExt tem se mostrado uma alternativa interessante de financiamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia, possibilitando a manutenção de inúmeras iniciativas ligadas às universidades públicas e instituições de ensino superior.

² O PRONERA é uma iniciativa do Inbra que tem por objetivo fomentar parcerias com instituições de ensino públicas para a elevação de escolaridade e formação de jovens e adultos das áreas de reforma agrária, seguindo os princípios da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. O Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis teve início em 2009 e foi concluído em 2016, com a formatura de 48 estudantes de assentamentos rurais de todo o Estado de São Paulo.

2.7. PET - Programa de Educação Tutorial

O PET (Programa de Educação Tutorial) é um programa do MEC instituído pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007 (BRASIL, 2016). O programa tem como objetivo fomentar grupos de aprendizagem tutorial por meio de concessão de bolsas a estudantes de graduação e professores tutores, sendo imprescindível o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além da educação tutorial. Apesar do grupo não ter um prazo determinado de existência, as bolsas são concedidas até que o aluno termine a graduação e, ao tutor, um prazo máximo de seis anos, renováveis mediante submissão a um edital interno.

O Edital MEC/SESu/SECAD nº09/2010 foi dividido em lotes, sendo que cada lote previa um número de grupos a serem apoiados e as características obrigatórias a serem contempladas. Além disso, havia a criação de uma categoria especial de grupo PET chamado **PET/Conexões de saberes**, voltado a estudantes de comunidades populares, de modo a ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas e estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social (BRASIL, 2010).

É neste contexto que o NAAC foi aprovado, sendo constituinte do “**Lote H**: um novo grupo, por IFES, que envolva exclusivamente estudantes de graduação de comunidades do campo ou quilombolas”, assim como outros 35 projetos aprovados (BRASIL, 2010). No total, o edital contemplou a criação de 352 novos grupos PET em todo o país.

Naquele momento, o núcleo estava envolvido na coordenação do Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, promovido pelo PRONERA, sendo que dos 12 bolsistas aprovados, seis eram alunos deste curso especial.

Portanto, o PET apresenta-se como mais uma política pública de apoio a grupos de ensino, pesquisa e extensão ligadas às universidades públicas que beneficiam diretamente GAs.

2.8. PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar

A PROEX (Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar), segundo informações do site institucional,

[...] é o setor responsável pela gestão das atividades de extensão realizadas pela UFSCar. A Pró-Reitora de Extensão preside o Conselho de Extensão (CoEx) e a Câmara de Atividades de Extensão (CAE) deste Conselho, e é assessorada em suas tarefas pelo Pró-Reitor de Extensão Adjunto e por coordenadores designados entre os servidores da Universidade (BRASIL, 2016).

Anualmente são lançados editais de financiamento de programas e projetos de extensão universitária que visam apoiar iniciativas em todos os campi da universidade.

Com a obtenção do uso de uma área dentro do campus para o desenvolvimento das atividades práticas e experiências agroecológicas foi idealizado o “Curso teórico-prático de Agroecologia”, sendo aprovado um projeto pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) ainda em 2009, mas executado em 2010. O projeto deste curso incluiu dois bolsistas que foram os responsáveis pela sua organização, divulgação e monitoramento, e cuja estrutura foi dividida em módulos constituídos pelo ensino teórico e prático, que compreendiam temas como: cuidados com o solo, hortas orgânicas, práticas agroecológicas, agricultura biodinâmica, sistemas agroflorestais e bioconstrução. As atividades ocorriam aos finais de semana, no campus da universidade, contando com a participação de agricultores, assentados da reforma agrária, representantes de organizações não-governamentais e de instituições públicas da região, além da comunidade interna da própria universidade.

A partir desta primeira experiência, o curso passou a ser anualmente apoiado pela PROEX, mantendo a dinâmica dos encontros nos finais de semana, consolidando o projeto como “Finais de Semana Agroecológicos”. Seu principal objetivo é transmitir e desenvolver teorias e técnicas agroecológicas tais como a não utilização de insumos químicos, o uso da biodiversidade a favor da produção agrícola, a valorização da matéria orgânica através da compostagem, a

construção gerando o mínimo de impactos possíveis e melhores alternativas de captação de energia e recursos naturais. O público alvo se mantém o mesmo, contemplando desde os agricultores e assentados da reforma agrária da região até os estudantes e professores da UFSCar. A metodologia adotada consiste na separação em módulos, sendo cada módulo um curso teórico-prático. Em cada módulo são abordados temas diferentes e complementares. Os cursos são compostos por uma introdução teórica no primeiro período do primeiro dia, as quais são seguidas de atividades práticas relacionadas aos conteúdos abordados. As atividades práticas permeiam tanto o primeiro como o segundo dia dos cursos. Geralmente, as aulas práticas são realizadas no terreno destinado ao NAAC dentro do campus. Entretanto, em 2016 houve uma parceria com grupos de outros campi e universidades que desenvolvem a agroecologia no estado de São Paulo, como o grupo Timbó da UNESP Botucatu e Pés Vermelhos do CCA UFSCar de Araras, sendo que os módulos foram realizados nestes espaços também.

3 Percepções e análise das atividades desenvolvidas pelo Núcleo

No questionário aplicado, uma das questões era: “Cite, em sua opinião, quais as principais atividades desenvolvidas pelo grupo”. Todas as respostas abordaram a ATER como meio de fortalecimento da agricultura familiar e das famílias assentadas da região, bem como a própria extensão universitária como as principais atividades desenvolvidas. Citam, ainda as ações de integração campo-cidade, como a Feira Agroecológica e as oficinas de capacitação e dias de campo, como pode ser verificada pela fala de um dos entrevistados:

Extensão e pesquisa em agroecologia de maneira que não apenas alunos possam ser abarcados/beneficiados, mas também agricultores familiares, assentados/acampados e a sociedade como um todo. Além disso, desenvolve diálogos e atividades com a comunidade acadêmica, agricultores e outros interessados para disseminar conhecimento sobre agroecologia e sua relação com a formação política (entrevistado, novembro de 2016).

Quando questionados qual a importância das políticas públicas (como os editais do CNPq, PET, ProExt) para o desenvolvimento das atividades descritas anteriormente, todas as respostas foram bastante positivas. Em uma avaliação quantitativa, considerando zero a pior nota e cinco a nota mais alta, a média atingida foi de 4,7. Portanto, na percepção do grupo, as políticas públicas de fomento apresentam uma importância grande.

Ao serem questionados sobre qual a avaliação fazem das políticas de fomento, utilizando-se o mesmo critério quantitativo, o resultado obtido foi uma média de 3,7. Portanto, apesar do grupo entender a importância das políticas, sua avaliação é bastante crítica, como aponta a fala a seguir:

[...] os editais são muito bons para o desenvolvimento das atividades e para o fortalecimento do Núcleo, entretanto a duração é muito curta para dar conta do processo de transição agroecológica, que é um processo de longa duração, além disso, os editais têm exigências excessivas (ex. 081 curso EAD). O montante de recursos também é muito pequeno para dar conta das demandas e exigências. Ademais o montante para bolsas não permite que tenhamos bolsistas de nível técnico e com maior disponibilidade para se dedicar ao núcleo (entrevistado, dezembro de 2016).

Os resultados obtidos coincidem com os mesmos analisados a partir da evocação livre dos entrevistados (Tabela 6).

Tabela 6 - Classificações das evocações livres dos entrevistados sobre as políticas públicas de fomento aos Núcleos de Estudos em Agroecologia

	POSITIVO	frequência	NEGATIVO	Frequência
	importante	1	Ineficiente	1
	essencial	2	Escassa	1
	fortalecimento	1	Ínfima	1
	ferramenta	1	burocrática	1
	incentivadora	1	Frágil	1
	determinante	1	Restrita	1

“Para você a política pública de fomento aos Núcleos de Estudos em Agroecologia é...”	incentivo	2	oscilante	1
	recompositora	1	subestimada	1
	envolvimento	1	demorada	1
	estratégia	1		
	melhoria	1		
	justiça social	1		
	possibilidade	1		
	qualidade	1		
	Motivação	1		
	Vitória	1		
	investimento	1		
	necessidade	1		

Fonte: autoria própria, 2017

Foram apresentadas mais palavras relacionadas com aspectos positivos do que negativos sobre a política de fomento aos NEAs e, ao aprofundar a análise, surgem duas questões centrais em relação ao financiamento público. A primeira é a disponibilização de bolsas que permitem a dedicação de estudantes de graduação e pós-graduação, além de profissionais de ATER, no desenvolvimento das atividades junto aos agricultores que demandam horas de planejamento e sistematização que, sem tal financiamento, seriam inviáveis. Outro ponto de destaque são os custos que as atividades de campo demandam. Os recursos financeiros das fontes públicas permitem a viabilização de transporte, tanto dos técnicos quanto dos agricultores nas atividades de ATER, além da aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos como, por exemplo, no edital MDA/SAF/CNPq 058/2010 onde foram realizadas sistematizações de áreas modelo de SAF (Sistemas Agroflorestais), desenvolvimento de curso de formação a professores de instituições técnicas.

Entretanto, as palavras negativas corroboram as considerações apontadas pelos entrevistados dos limites da implementação da política na realidade local. Ou seja, apesar dos aspectos positivos em maior número ressaltados tanto nos questionários, como nas evocações livres, os aspectos negativos apontam questões importantíssimas que limitam o desenvolvimento das ações do núcleo e estão presentes na percepção do grupo sobre as mesmas.

Um dos critérios utilizados pelos membros durante a avaliação foi a capacidade dos programas em fomentar adequadamente o processo de

transição agroecológica. Apesar da percepção positiva apresentada pelo grupo, umas das críticas mais recorrentes foi o curto prazo e a quantidade de exigências (atividades e burocracia) dos editais (Tabela 4). Considerando-se que as atividades de ATER agroecológica exigem um tempo maior, pois são participativas e requerem maior envolvimento e dedicação de todos os envolvidos, os prazos estipulados pelos editais não são suficientes, na visão dos entrevistados. Até o momento, os editais e programas ocorreram de modo consecutivo, permitindo a continuidade das ações sem interrupções. Entretanto, como não há garantias futuras de que essa coincidência temporal persista, os entrevistados apontam negativamente a duração curta que cada edital propõe, especialmente considerando-se o volume de exigências de resultados, como o edital 081/2013 que obrigava a realização de um curso presencial e outro EAD (Ensino à Distância) sobre agroecologia. Com relação à burocracia, as principais queixas são em relação à execução financeira dos projetos, uma vez que os recursos são repassados de diferentes maneiras para o Núcleo. Por exemplo, os recursos do ProExt são direcionados para o “bolo” da universidade e, posteriormente, acessado pelo professor coordenador através de um sistema específico de compras da instituição, atrasando consideravelmente a dinâmica de aquisição de equipamentos e insumos para as atividades. Já o CNPq apresenta uma dinâmica mais flexível e ágil para a execução financeira, sendo melhor avaliada pelos membros. Frequentemente, o prazo de execução dos projetos se encerra e o recurso ainda não consegue ser utilizado por conta destes entraves burocráticos. Outro ponto crítico é a dificuldade de custeio de diárias para agricultores participarem das atividades, inclusive dentro da própria universidade. Tendo como princípio da construção do conhecimento agroecológico os processos metodológicos participativos, a ausência de recursos financeiros que permitam o deslocamento e participação dos agricultores é bastante negativo.

Cabe, ainda ressaltar que em todo o percurso da pesquisa ficou evidente a dinâmica de atuação integrativa e gestão horizontalizada do núcleo na execução das atividades. Em determinado momento, isto se mostrou como um desafio à pesquisa, pois exigiu mais atenção do pesquisador na identificação das

diferentes políticas, uma vez que uma mesma atividade acabava sendo fomentada por mais de uma fonte. No momento das entrevistas era necessário pontuar as diferentes políticas a fim de evitar generalizações. Deste modo, fica evidente que as ações realizadas pelo grupo viabilizadas por meio dos editais e projetos estimula a atuação coletiva, em rede, mobilizando diversos atores locais na execução das ações.

Por meio da análise de conteúdo dos questionários e das entrevistas, foram identificados, além dos resultados da Tabela 4, três grandes grupos de percepções relacionadas à avaliação das políticas públicas de fomento aos NEAs. O primeiro grupo enfatiza o termo **Desenvolvimento**, articulando as palavras **Atividade** e **Recurso** como mais aproximados. Tal resultado é concordante com as falas dos entrevistados, já que em sua visão, as políticas propiciam recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades do Núcleo, especialmente junto aos agricultores. Isso fica evidente na fala de um dos membros: “(...) essencial pois garante uma melhor qualidade no desenvolvimento dos projetos” (entrevistado, novembro de 2016).

O segundo grupo associa os termos **Importância**, **Fomento** e **Campo**. Novamente, a conexão entre os termos evidencia não só o discurso, mas também as práticas do grupo, uma vez que são realizadas inúmeras atividades de campo junto aos agricultores e assentados da região, de modo a integrar a pesquisa à extensão universitária, outros termos também relacionados neste grupo. Além disso, o próprio curso do PRONERA evidencia a concepção do Núcleo sobre a integração com os movimentos sociais e a responsabilidade social da pesquisa acadêmica. Novamente, tal representação pode ser ilustrada por meio de uma das falas:

Fomentar os núcleos de agroecologia possibilita, através do fortalecimento da agroecologia como rede, gerar um instrumento de justiça social ao aproximar o campo com a cidade, o campo com a universidade e o campo com a produção saudável e soberana. (entrevistado, dezembro de 2016).

O terceiro e último grupo associa os termos **Importante**, **Núcleo**, **Agroecologia** e **Público**. Este grupo evidencia a concepção do Apetê Caapuã em que as políticas de fomento têm o papel importante de aproximar o público

geral da agroecologia, de modo a sensibilizá-los para a crise ambiental e social promovido pelo agronegócio. Outra fala é bastante simbólica da representação que o grupo tem: “Uma necessidade para divulgação e entendimento acerca do tema na sociedade” (entrevistado, dezembro de 2016).

Considerando-se que houve uma renovação da maioria dos bolsistas do grupo, é interessante notar as percepções que os membros possuem sobre as atividades desenvolvidas, já que poucos participaram efetivamente dos projetos desenvolvidos. De modo geral, o grupo compreende a importância das políticas no desenvolvimento das atividades, especialmente as atividades relacionadas aos agricultores, consoantes com a concepção de integração entre pesquisa, ensino e extensão universitária. Tal concepção fica evidente se considerarmos o projeto PET/Conexões de saberes, que possibilitou não só a manutenção institucional do grupo, como também a integração e manutenção por meio de bolsas de alunos oriundos de comunidades rurais.

Segundo Jovchelovitch (2008), ao mesclar as experiências, cria-se continuamente a experiência constituinte da realidade de todos, ou seja, a atuação coletiva dos indivíduos proporciona a base estruturante das representações sociais do grupo. Neste sentido, apesar dos membros do grupo serem recém-chegados, a sua inserção nas atividades prévias e o resgate constante do histórico de atividades proporciona o espaço potencial necessário para a socialização dos significados (JOVCHELOVITCH, 2008).

Portanto, na percepção do Núcleo, as políticas públicas são meios de fomentar as atividades consideradas fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia no território de atuação do grupo. Cabe ressaltar que a falta destes recursos não implica, necessariamente, que as atividades deixam de ser realizadas, uma vez que o senso de comprometimento e militância de seus membros são superiores à limitação financeira. Entretanto, a todo momento o grupo enfatiza ser fundamental a continuidade do financiamento público dos NEAs, já que as atividades desenvolvidas até então só foram possíveis por meio destes recursos.

4 Percepções sobre Agroecologia

Concomitante à análise da percepção sobre a política de fomento aos NEAs, procedeu-se o levantamento da percepção do grupo sobre a agroecologia em si, de modo a verificar qual a relação entre a concepção de agroecologia e a percepção das políticas públicas.

Para a análise, os membros foram divididos em duas categorias: membros novos e membros velhos. Os novos são todos aqueles que entraram no núcleo a partir de 2016. E velhos os demais que já atuaram ou atuam com o grupo em data anterior a 2016.

Ao serem questionados “*O que você entende como Agroecologia?*” nota-se que os membros mais novos apresentam uma concepção parecida com a dos membros mais velhos. Entretanto, estes últimos enfatizam o papel de movimento social para além da conceituação acadêmica:

Entendo que é uma ciência, pois tem seus princípios baseados nas interações do meio físico, químico e biológico, e um movimento, funcionando através de militância e políticas públicas. Agroecologia é a idealização de um manejo coerente do agroecossistema (fala do entrevistado, 2016).

Apesar disso, os membros mais novos trazem elementos de um debate mais recente dentro da agroecologia como o empoderamento feminino e as questões de gênero no campo:

É uma área de conhecimento que possibilita a integração de técnicas do campo e cultivo que não gere danos sociais ou ambientais, bem dá suporte teórico-prático para a transformação da agricultura convencional em uma agricultura alternativa. Envolve diversos temas, como o empoderamento feminino no campo, democratização do alimento limpo de substâncias tóxicas para a saúde humana (e de ecossistemas) (fala do entrevistado, 2016).

Com relação à motivação para trabalhar com agroecologia, percebe-se novamente uma confluência entre os novos e antigos membros. Para ambos os grupos, a principal motivação é a possibilidade de atuar em prol de uma transformação da realidade do campo brasileiro sob o agronegócio, promovendo relações de trabalho e com a natureza mais sustentáveis e harmônicas. De

acordo com os entrevistados é “*uma possibilidade de coletivamente agirmos para a transformação dos paradigmas da sociedade atual*”; “*Porque ela de fato altera realidades*”.

Quando questionados sobre as suas principais referências dentro da agroecologia, há uma diferença considerável entre os grupos. O grupo dos membros mais recentes aponta o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e seus assentados como uma das principais referências. Além destes, cita os demais NEAs do estado de São Paulo, além dos outros membros do próprio núcleo. Já os membros mais antigos relacionam, além das experiências dos movimentos sociais e de grupos de agricultores (Cooperafloresta, Assentamento Mário Lago), uma lista de suas principais referências, coincidentes com os tradicionais nomes da literatura da agroecologia como

Gliessman, Altieri, Ana Primavesi, Paulo Mayer, Manoel Baltasar Baptista da Costa, Irene Maria Cardoso, Rachel Carson, Chaboussu, Nelson Mendes, Namastê Messerschmidt, Odum, Carlos Armênio Khatounian, Paulo Kageyama, Fernando Silveira Franco, Marcelo (fala de entrevistado, 2016)

Com o intuito de analisar qual o impacto da atuação no núcleo na percepção do membro sobre a agroecologia, questionou-se se houve alguma mudança de concepção após a atuação no NAAC. Os membros foram unânimes em apontar que houve um aprendizado grande com as atividades práticas e o contato direto com o agricultor. Muitos relatam que não sabiam exatamente o que era a agroecologia no início. Segundo um dos entrevistados:

A cada dia meu conceito de Agroecologia muda, principalmente devido ao contato com professores, que nos apresentam novos conceitos, alunos, que nos apresentam novos questionamentos, e agricultores que nos apresentam novos mundos.

Utilizando-se das evocações livres, questionou-se aos membros “*Agroecologia é...*”. Os resultados foram sistematizados na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Resultado das evocações livres e suas respectivas frequências, dos membros do NAAC sobre a concepção de agroecologia: *Agroecologia é...*

TÉCNICAS	Freq.	AÇÕES	Freq.	MODO DE VIDA	Freq.	QUALIDADES	Freq.
----------	-------	-------	-------	--------------	-------	------------	-------

sistemas agroflorestais	1	interação	1	futuro	1	Respeito	1
sistemas orgânicos/naturais	1	democratização	1	Vida	1	suprapartidário	1
orgânicos	1	articulação	1	revolução	1	Equalidade	1
		restauração	1	ideologia	1	Ciência	2
		resgate	1	justiça social	1	Equilíbrio	1
		planejamento	1	qualidade de vida	2	mais sustentável	1
		prática	1	alimentação saudável	1		
		troca	1	soberania no campo	1		
		olhar	1	militância	1		
				saúde	2		
				sustentabilidade	1		
				luta	1		
				movimento	1		
				alternativa	1		
				experiência	1		

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

As palavras foram divididas em quatro categorias: técnicas, ações, modo de vida e qualidades. Há uma maior concentração de palavras na categoria Modo de Vida. Ou seja, relaciona-se a agroecologia com elementos que a caracterizam mais como um modo de vida, do que como um conjunto de técnicas ou ações. As palavras com maior frequência foram Saúde, Qualidade de Vida e Ciência. Portanto, para o grupo a agroecologia é fortemente identificada também como uma ciência que busca melhorar a qualidade de vida, garantindo maior saúde à população. Cabe ressaltar outros termos importantes que aparecem como Articulação, Revolução, Militância, Luta. Todas elas são coerentes com as falas extraídas durante as entrevistas e preenchimento dos questionários, aproximando a agroecologia dos movimentos sociais e da luta social.

Novamente, os resultados obtidos por meio desta metodologia são coerentes com os demais resultados, uma vez que a agroecologia vista como um modo de vida, ressalta valores socioculturais típicos das comunidades tradicionais e camponesas como a solidariedade, a cooperação. Decorre disso a auto concepção do grupo enquanto um mutirão que será melhor trabalhada na seção seguinte. Ou seja, para seus membros, não é possível pensar o núcleo

enquanto um ator isolado de seu contexto, mas um ator que só se realiza na relação com outros atores. Portanto, evidencia-se o caráter de rede sociotécnica do NAAC.

4.1. O NAAC como um mutirão de relações agroecológicas

Como resultado da oficina de sistematização de experiências, os próprios membros chegaram a esta concepção: O Núcleo de Agroecologia Apetê-Capuã é um mutirão de relações agroecológicas (Figura 9). Em texto produzido ao final da oficina, o próprio grupo se define:

Somos um mutirão de relações agroecológicas! Mutirão é um substantivo, ou seja, é o nome que dá nome às coisas. Mutirão é um conjunto de gente, mas gente empenhada; gente que se reuniu com um objetivo em comum, de fazer alguma coisa. Quando dizemos que somos um mutirão de relações queremos dizer que a nossa ideia de gente fazendo coisas se expande para além das relações palpáveis: ela também engloba as relações invisíveis. O papel pode ser útil, mas ele é frio. Não é possível descrever com letras o que a agroecologia traz e transforma na vida das pessoas, porque a agroecologia é feita de gente, gente que se relaciona, gente que faz mutirão (NAAC, 2017).



Figura 9 - Membros do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã. Fonte: autoria própria, 2017.

Deste modo, os membros percebem seu papel de articulador, facilitador, catalisador de processos dentro da agroecologia, seja fomentando espaços de comercialização, como as feiras agroecológicas, ou organizando e ministrando oficinas com a participação de agricultores e assentados. O núcleo, além de ser parte da instituição universitária, ele extrapola seus muros e interage diretamente com as comunidades rurais, construindo a agroecologia também na prática, não apenas em teoria ou em pesquisas de pouco significado para as comunidades envolvidas, caracterizando-se como uma rede sociotécnica. Além disso, a própria dinâmica interna do grupo reflete este caráter coletivo e descentralizado, onde as relações são as peças fundamentais de todo o processo. Portanto, verifica-se uma coerência tanto internamente, quanto externamente da concepção, percepção e prática social do grupo, permeadas pelo aporte financeiro e apoio institucional proporcionado pelas políticas públicas acessadas.

CONCLUSÃO

A partir das falas dos entrevistados e dos dados secundários levantados, pode-se concluir que há uma relação entre a concepção de agroecologia que o grupo apresenta e a percepção que têm sobre as políticas públicas acessadas. As principais críticas apontadas pelo grupo sobre o pouco tempo para execução dos projetos nos editais, a carga de exigências e quantidade de bolsas vem de encontro à concepção de ATER que o grupo apresenta. Tal concepção se baseia numa perspectiva de agroecologia em que o tempo de transição para um sistema mais ecológico precisa ser respeitado e priorizado, de modo participativo e dialógico.

A rede sociotécnica do NAAC é composta por uma variedade de atores e instituições que alcançam uma extensão territorial que abrange o estado de São Paulo, articulando, inclusive, instituições de âmbito e influência nacional, como a ANA e a ABA. Sendo assim, a riqueza de experiências dos membros e ex-membros contribuem para a construção do conhecimento agroecológico no meio acadêmico, mas também junto às comunidades, assentamentos, agricultores familiares e camponeses.

Entretanto, os editais visam não apenas o atendimento ao tripé da Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), mas também à Extensão Rural, o que implica ações e articulações de outras políticas públicas.

Analisando-se os resultados obtidos nos editais, conclui-se que houve uma contribuição expressiva nos processos formativos e articulação política tanto dos próprios membros (comunidade universitária), quanto dos próprios agricultores. Entretanto, para o sucesso de um processo de transição agroecológica e produção orgânica são necessárias políticas de Estado, como acesso à crédito subsidiado, compra de insumos, acesso às compras públicas e institucionais, entre outras. Tais ações não são contempladas diretamente pelos editais. Portanto, exige-se dos NEAs um protagonismo na execução de uma ATER agroecológica sem oferecer os recursos materiais necessários para tal.

Outra característica bastante interessante do NAAC é o fato de acessarem inúmeras políticas para além das específicas para agroecologia. O PET acaba sendo a principal fonte de bolsas e, portanto, de manutenção a longo prazo da existência do grupo e sua memória. Além disso, as ações desenvolvidas no âmbito dos projetos de extensão universitária permitem uma complementação das atividades dos editais de NEAs. Deste modo, a (re)existência do grupo é viabilizada, havendo ou não editais para os núcleos.

Apesar das críticas negativas apontadas pelos próprios membros, há uma unanimidade em enfatizar a importância da criação dos NEAs e da disponibilização de recurso financeiro para o apoio de projetos que buscam fortalecer a agroecologia nos territórios. O NEA é, muitas vezes, a porta de entrada de estudantes de graduação, extensionistas e agricultores para o debate agroecológico.

A política restringe-se, atualmente aos editais, sendo bastante frágil, já que não se configura como uma política de Estado, mas depende das articulações políticas e do gestor da vez. Sendo assim, não há garantias de que esta importante política pública tenha continuidade na conjuntura atual.

Portanto, o balanço final das críticas apresentadas é de que os editais não podem ser descontinuados, uma vez que fortalecem toda a rede sociotécnica do

NAAC, permitindo, juntamente com outras fontes, desenvolver a agroecologia no território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura**. Revista de Administração Pública – nº 6, 2000:159-177, novembro/dezembro. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/A_rede_os_nos.pdf

ABREU, Lucimar Santiago. de. **A construção da relação social com o Meio Ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira**. Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna/SP, 2005, ISBN 85-85771-34-8, p. 1-176.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 2009.

BENSADON, L.S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da articulação nacional de agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BILLAUD, J.P.& SOUDIERE, M. La nature pour repenser le rural? In: MATHIEU, N. & JOLLIVET, M. (Org), **Du Rural a l'Environnement: La Question de la Nature aujourd' hui**. Paris, Édit. l'Harmattan. p. 180-191. 1989.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (BR). Edital MDA/SAF/CNPq nº 058/2010. Brasília; 2010.

_____. Ministério da Educação (BR). Edital MEC/SESu nº05/2010. Brasília; 2010.

_____. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos: Resolução nº 466/12. Brasília (DF); 2012.

_____. Universidade Federal de São Carlos. Pró-reitoria de Extensão da UFSCar. Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar. 2016. Disponível em: <<http://www.proex.ufscar.br/sobre>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BROWN, C. & MILLER, S. **The impacts of local markets: A review of research on farmers markets and Community Supported Agriculture (CSA)**. Amer. J. Agr. Econ., v. 90, n.5, p.1296-1302, 2008.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 5, n. 57, p. 611-614, out. 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. In: A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. S. Paulo, Paz e Terra, 2003. 7ª ed. revista e atualizada.

CAVALCANTI, D.C. Avaliação de Resultados de projetos apoiados pelo Dater por meio do edital MDA/SAF/CNPq nº 058/2010, Chamada 2 **in: Pesquisa e Extensão para a Agricultura Familiar no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília-DF, 2015.

COOLEY, J. P., LASS, D. A. **Consumer benefits from Community Supported Agriculture Membership. A comparison of CSA share versus retail produce value**. Review of Agricultural Economics, v.20, p. 227-237, 1998.

FURQUIM, Tatiana Weckeverth. **Encontro nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA): dos primórdios à contemporaneidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão Ambiental). Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2014.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia – processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2000.

GONZÁLEZ, Argelio. El surgimiento: raíces mayas, ramas mexicanas, frutos nicaraguenses. In: HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a campesino: voces de latinoamerica, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable**. Managua, Nicaragua: Simas, 2008. p. 13-62.

GRAZIANO NETO, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

INSTITUTO KAIROS (São Paulo) (Org.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. 159 p. Disponível em: <<http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-Comercializacao.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p. 63-85.

LATOUR, Bruno. **Le métier de chercheur. Regard d'un anthropologue**. Paris, Inra, 1995.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Teses (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MELLAZO, G. C. **A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano**. Olhares & Trilhas, Uberlândia, ano VI, n. 6, p. 45- 51, 2005.

NIEDERLE, P.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. **A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, 2014, p. S009-S024.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

OLIVEIRA, Denise Cristina de, et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes (Org.) **Perspectivas Teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB, 2005. p. 573-603.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. 2006. Disponível em: <<http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PETERSEN P., Dal Sóglio F, Caporal F.R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas Brasileiras. **In Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** (Petersen P, org.). Rio de Janeiro: AS-PTA p. 85-103. 2009.

PIRES, R. R. C.; VAZ, A. C. N. **Para além da participação: interfaces socioestatais no Governo Federal**. Lua Nova, n. 93, 2014, p. 61-91.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Structure & function in primitive society**. Londres: Cohen & West, 1952.

REGA Brasil. <<https://regabrasil.wordpress.com/os-grupos/>> acesso em 28 de agosto de 2016.

RIBEIRO, L. M. **O papel das representações sociais na educação ambiental**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

RODRIGUES, Marina Lima; et. al. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, supl.3, p. 96-110, 2012.

ROSA. J.S.V. *et al.* Tecendo redes entre educação, pesquisa e extensão agroecológicas: a experiência do Núcleo Apetê-Caapuã. Cadernos de Agroecologia, Vol. 9, nº4, Anais do Agroecol, Dourados-MS, 2014.

SCHMITT, C. *et al.* La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. *In: SABOURIN, E. et al.* (Eds.). **Políticas Públicas a favor de la Agroecología en América Latina y el Caribe**. 1ª Edição ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 412.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável *in* **Agroecologia – Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília. Embrapa, 2005.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José da. **Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion**. In: 17º SEMINÁRIOS EM

ADMINISTRAÇÃO, 2014, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Semead, 2014. p. 1-15.

SIMÕES, E. A. Q.; TIEDEMANN, K. B. **Psicologia da percepção**. São Paulo: EPU, 1985. v. 10, n. 2.

SOUZA, Raquel Castilho. **As representações sociais dos professores e alunos sobre a relação ensino e aprendizagem em educação a distância na Unitins**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo** - Guia prático DRP. Brasília: SAF/MDA, 2006.